

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 019/2025
Data: 31/01/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
GIGANTE CHINESA INVESTE R\$ 1,2 BI EM TRENS PARA ESCOAR 4 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS E AÇÚCAR ATÉ PORTO DE SANTOS	4
DESCONTO HIPERBÓLICO X INVESTIMENTOS	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
GOVERNO DE AL CONTRATA BNDES PARA ESTRUTURAR PLANO DE VENDA DE AÇÕES DA CASAL	6
NEOENERGIA PE INAUGURA SUBESTAÇÃO DE R\$ 21 MILHÕES EM PETROLINA	8
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	9
AUTORIDADES PORTUÁRIAS DEVERÃO ENVIAR SEMESTRALMENTE INFORMAÇÕES SOBRE DRAGAGEM	10
ANTAQ APROVA AGENDA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA AQUAVIÁRIA PARA OS ANOS DE 2025 E 2026	10
PORTAL PORTO GENTE	11
NOVA LEI PATEN IMPULSIONA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PODE BENEFICIAR COOPERATIVAS	11
DESCARBONIZAÇÃO NO COMEX: 5 ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR E COMPENSAR AS EMISSÕES NO SETOR	12
MPOR LANÇA PLANO DE INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE NOS PORTOS BRASILEIROS	14
TERMINAL EBLG DA EL DorADO BRASIL BATE NOVOS RECORDES E CELEBRA 133 ANOS DO PORTO DE SANTOS	14
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – A FORÇA DOS TERMINAIS PRIVADOS	16
NACIONAL - HUB – CURTAS - DÓLAR TEM NONA QUEDA SEGUIDA	16
<i>Dólar: nova queda 1</i>	16
<i>Dólar: nova queda 2</i>	17
<i>Sem cavalo de pau 1</i>	17
<i>Sem cavalo de pau 2</i>	17
<i>Aumento das reservas 1</i>	17
RODOVIAS - ANTT APROVA 1º EDITAL DE REESTRUTURAÇÃO DE UMA CONCESSÃO RODOVIÁRIA	17
REGIÃO NORDESTE - MINISTRO COBRA AGILIDADE EM OBRAS QUE CONECTAM PETROLINA E JUAZEIRO.....	19
NACIONAL - EM COLETIVA, LULA DIZ QUE NÃO INTERFERE NO PREÇO DO DIESEL.....	20
NACIONAL - PETROBRAS ATINGE METAS DE PRODUÇÃO E BATE RECORDES NO PRÉ-SAL	21
NACIONAL - SETOR PORTUÁRIO PRIVADO AVANÇA COM NOVOS CONTRATOS E R\$ 35 BI EM INVESTIMENTOS	21
REGIÃO SUDESTE - SAL GROSSO VOLTA AO PORTO DO RIO DE JANEIRO EM GRANDE OPERAÇÃO DE DESCARGA	23
REGIÃO SUDESTE - CLUSTER NAVAL DA BAHIA QUER FORTALECER ECONOMIA DO MAR E ATRAIR INVESTIMENTOS	23
INTERNACIONAL - CAIXAS-PRETRAS DE AVIÃO QUE SE CHOCOU COM HELICÓPTERO NOS EUA SÃO ENCONTRADAS.....	25
BAHIA ECONÔMICA - BA	26
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA REALIZA VISITA À OBRA DO VLT	26
DOIS LEILÕES DE CONCESSÕES DE RODOVIAS NA BAHIA SERÃO LANÇADOS EM 2025. EDITAL DA ROTA DO RECÔNCAVO VAI TIRAR A VIA BAHIA. VEJA DETALHES	26
PORTO DE SALVADOR CRESCE 26% EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGA EM 2024; CODEBA AMPLIA INVESTIMENTO	27
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	28
“AGORA É A HORA DE CONCRETIZAR AS PROPOSTAS”, AFIRMA ANDERSON POMINI, DA APS	28
AUTORIDADES PORTUÁRIAS DEVERÃO ENVIAR SEMESTRALMENTE INFORMAÇÕES SOBRE DRAGAGEM.....	31
JORNAL O GLOBO – RJ	32
NOS PORTOS, UMA FILA DE R\$ 35 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM TERMINAIS DE USO PRIVADO	32
CONTAS DO SETOR PÚBLICO TÊM DÉFICIT PRIMÁRIO DE R\$ 47,6 BILHÕES EM 2024.....	33
HADDAD DIZ QUE JUROS ALTOS VÃO DESACELERAR A ECONOMIA EM 2025: 'CONTRAPRODUCENTE'	34
PRESIDENTE DOS CORREIOS ATRIBUI ROMBO NA EMPRESA A 'TENTATIVA DE PRIVATIZAÇÃO' E DIZ QUE LULA O COBROU A DAR LUCRO	36
'INFLAÇÃO DE ALIMENTOS, NORMALMENTE, É UM CHOQUE TRANSITÓRIO, SOBE E DESCE', ALTERAR TARIFAS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NÃO É SOLUÇÃO , DIZ ESPECIALISTA	37
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	38
MÚCIO QUER DEIXAR PEC DOS MILITARES COMO LEGADO, MAS PROPOSTA ENFRENTA RESISTÊNCIA NO PLANALTO.....	38
ESTADOS BATEM RECORDES DE ARRECADAÇÃO ENQUANTO AUMENTAM IMPOSTO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS	41
O QUE O BRASIL MAIS EXPORTA PARA OS ESTADOS UNIDOS?	43



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 019/2025
Página 3 de 53
Data: 31/01/2025
www.mercoshipping.com.br
mercoshipping.com.br

ESTADOS DO NORTE CORREM PARA AVANÇAR EM PROJETOS DE CARBONO E APRESENTÁ-LOS A INVESTIDORES NA COP	44
NEGOCIAÇÃO COM CHINESES TRAVA E FORÇA AERIS A BUSCAR NOVAS ALTERNATIVAS.....	47
BRASIL PODE ESTAR EM ‘UM PIQUENIQUE À BEIRA DE UM VULCÃO’, DIZ STUHLBERGER, GESTOR DE INVESTIMENTOS	48
VALOR ECONÔMICO (SP).....	49
CCR INFORMA QUE FOI PUBLICADO EDITAL DE RELICITAÇÃO DA RODOVIA SOB CONCESSÃO DA MSVIA	49
EXXONMOBIL TEM LUCRO DE US\$ 7,61 BI NO 4º TRIMESTRE, QUEDA DE 0,3% NA COMPARAÇÃO ANUAL.....	49
GOVERNO PUBLICA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO LICENÇA TEMPORÁRIA PARA MINISTROS QUE VOTARÃO EM ELEIÇÕES NO CONGRESSO	50
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	50
ANTAQ FARÁ LEVANTAMENTO PARA IDENTIFICAR EBNS SEM EMBARCAÇÕES ADEQUADAS	50
CRESCE INTERESSE POR POSTOS DE ELETRIFICAÇÃO PARA REBOCADORES	51
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	53
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	53



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GIGANTE CHINESA INVESTE R\$ 1,2 BI EM TRENS PARA ESCOAR 4 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS E AÇÚCAR ATÉ PORTO DE SANTOS

Cofco adquire 979 vagões e 23 locomotivas por R\$ 1,2 bilhão; frota será operada pela Rumo
Por Bárbara Farias



Terminal STS11 está em obras no Porto de Santos e deve começar a operar de forma parcial ainda neste semestre; reforço da frota ferroviária custou R\$ 1,2 bilhão para a Cofco (Alexander Ferraz/AT)

Para ampliar o volume de exportação de grãos e açúcar a partir do seu novo terminal no Porto de Santos, a gigante chinesa Cofco anunciou o investimento de R\$ 1,2 bilhão na compra de 23 locomotivas e 979 vagões. A frota ferroviária tem capacidade de transporte de até 4 milhões de toneladas de cargas. Os produtos são oriundos do Centro-Oeste e do Interior de São Paulo e terão como destino o STS11, na Margem Direita do Porto

santista, que deverá começar a operar parcialmente ainda neste semestre.

Em nota, a companhia informou que os ativos serão entregues ao longo deste ano, “de acordo com a liberação das capacidades no STS11”. A operação ficará a cargo da Rumo Logística. A meta da Cofco é ampliar o seu volume de exportação anual das atuais 4,5 milhões de toneladas para 14,5 milhões de toneladas, a partir de 2026, via Porto de Santos.

Para isso, a companhia está investindo R\$ 1,6 bilhão no STS11. A empresa arrendou a área de 98 mil metros quadrados na Margem Direita do Porto de Santos por 25 anos, prorrogáveis até o limite de 70 anos de concessão.

“Esse investimento em material rodante com foco em ferrovias é o grande projeto que pensamos para alcançar o volume de carga esperado, e tudo levando em consideração a sustentabilidade. Queremos continuar crescendo de forma sustentável, reforçando nosso compromisso de investir no agronegócio brasileiro e figurando entre os maiores players do setor”, informou a Cofco, em nota.

Desafios logísticos

De acordo com o diretor de logística para a divisão de grãos e oleaginosas da Cofco no Brasil, Fabrício Degani, a ampliação da capacidade da empresa em quase três vezes traz desafios logísticos.

“Optamos por este investimento em ativos ferroviários que possibilitarão nosso crescimento de forma sustentável, reforçando nosso compromisso de investir no agronegócio brasileiro e figurando entre os maiores players do setor. Esse movimento de negócios está totalmente atrelado à estratégia em reduzir emissões e alcançar as metas da companhia”, reiterou Degani.

Expansão

Já o vice-presidente comercial da Rumo, Eudis Furtado, destacou, em nota, que “a partir desse inédito contrato no transporte de grãos e açúcar”, as duas empresas, juntas, conseguirão expandir a

participação no Porto de Santos. "Além disso, estamos contribuindo para otimizar a logística nacional e diminuir o custo Brasil".

A companhia ferroviária informou que, em paralelo, vem realizando outros investimentos para aumentar a sua capacidade no complexo portuário santista, como a Ferrovia Norte-Sul, a Malha Paulista e outros empreendimentos.

"A integração de todos esses investimentos da Rumo eleva a produtividade do chamado corredor Santos, o principal e mais competitivo para o escoamento do agronegócio brasileiro, tanto para a exportação de grãos quanto de fertilizantes e açúcar. Adicionalmente a isso, vai proporcionar crescimento para o Brasil, com soluções mais competitivas e um melhor nível de serviço aos clientes", finalizou Furtado.

A Cofco possui armazéns e indústria de esmagamento no Centro-Oeste e quatro usinas de açúcar no Interior de São Paulo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/01/2025

DESCONTO HIPERBÓLICO X INVESTIMENTOS

É preciso discutir um fenômeno de inconsistência temporal,
Por Luis Claudio Montenegro



É preciso discutir um fenômeno de inconsistência temporal, em que as promessas tão importantes de estabilidade regulatória e segurança jurídica pudessem ser ameaçadas de posterior alteração das condições inicialmente acordadas. Esse fenômeno poderia ser associado ao conceito de desconto hiperbólico, uma teoria da economia comportamental que explica por que agentes econômicos tendem a dar maior valor a recompensas imediatas em detrimento de ganhos futuros.

O desconto hiperbólico descreve a tendência humana de preferir recompensas menores e imediatas em vez de recompensas maiores e futuras. Isso resulta em uma tomada de decisão inconsistente, com os agentes mudando suas preferências com o passar do tempo. Esse fenômeno poderia ser comparado às promessas de uma vida mais saudável, feitas sempre para a próxima segunda-feira. No meio do caminho, é comum o encantamento por recompensas de curto prazo na alimentação, na substituição de uma atividade física por um happy hour. Quando chega a segunda-feira, a situação piora: a promessa da corrida do início da manhã cede espaço para um tempo a mais de sono.

Quando governos buscam atrair investimentos privados para projetos de infraestrutura portuária, por exemplo, eles inicialmente adotam um comportamento racional e de longo prazo, oferecendo garantias de estabilidade regulatória, segurança jurídica e liberdade econômica na formação de preços que, neste caso do setor portuário, estão previstos em lei e nos próprios contratos. No entanto, após os investimentos serem realizados, o investidor se depara com o risco de mudanças de comportamento, de ganhos de curto prazo, como o controle de preços e margens de lucro.

Essa mudança de postura pode ser explicada pelo desconto hiperbólico, pois o governo inicialmente valoriza os benefícios de longo prazo da atração de investimentos, mas posteriormente passa a priorizar os ganhos imediatos, com risco de prejuízos à confiabilidade institucional. Tenho insistido que a formação de políticas públicas e a atuação regulatória no setor portuário devem priorizar o investimento na ampliação da capacidade. É esse o caminho bem fundamentado, de longo prazo, sustentável, para redução de custos e preços no setor. A intervenção regulatória em preços, no caso

do setor portuário, acaba sendo uma contingência para suprir lacunas do custo da falta de infraestrutura.

As consequências de atuar na febre e não na sua causa incluem redução da confiança no ambiente de negócios: investidores passam a exigir condições mais rígidas ou evitam novos projetos; aumento do custo de capital: devido à percepção de risco regulatório; atraso em um primeiro momento e na sequência uma fuga de Investimentos: empresas podem optar por investir em países com maior segurança jurídica em contratos público-privados.

Para mitigar esses problemas, proponho que paremos para pensar em um novo modelo para a atuação regulatória no setor portuário, incluindo, por exemplo: foco no desempenho dos contratos, em substituição ao foco nos meios e na burocracia; cláusulas de estabilidade regulatória, garantindo que mudanças sejam compensadas de forma justa; grupos de consenso como mecanismo de resolução de disputas; transparência e previsibilidade, com maior envolvimento de agentes privados nos primeiros estágios do processo decisório de investimentos.

A aplicação do conceito de desconto hiperbólico aos contratos portuários entre o governo e o setor privado permite compreender os riscos percebidos pelos investidores de inconsistência temporal nas decisões governamentais. A necessidade de maior planejamento de longo prazo mitigaria riscos significativos para investidores, reduzindo custos e garantindo o desenvolvimento de projetos essenciais. Para garantir um ambiente de negócios saudável, é também crucial fortalecer cada vez mais o papel das agências reguladoras em um novo formato de atuação, que destrave de uma vez por todas a atração de investimentos de infraestrutura que o País tanto precisa.

Este artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha editorial e ideológica do Grupo Tribuna. As empresas que formam o Grupo Tribuna não se responsabilizam e nem podem ser responsabilizadas pelos artigos publicados neste espaço.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 31/01/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

GOVERNO DE AL CONTRATA BNDES PARA ESTRUTURAR PLANO DE VENDA DE AÇÕES DA CASAL

Processo está em fase inicial e leilão de venda de ações da Casal deve acontecer em 2027

Por Vanessa Siqueira - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Casal vem em processo de reestruturação que iniciou em 2017 e atualmente três concessionárias atuam em parceria no abastecimento e saneamento no estado. Foto: Casal/Divulgação

O Governo de Alagoas confirmou que contratou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para oferecer suporte técnico que auxilie na escolha de parceiros privados interessados em comprar ações da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal). O processo até o leilão das ações, segundo cronograma do BNDES, deve perdurar até 2027.

Em nota, o Governo de Alagoas explicou que contratou o BNDES para oferecer suporte técnico especializado, “assegurando que as melhores práticas sejam aplicadas e que os interesses da população alagoana sejam preservados”.

O contrato, que tem previsão de ser concluído até 2027, inclui a possibilidade de eventual estabelecimento de parceira privada, por meio da alienação de ações da Casal. Segundo o Governo do estado, as deliberações e decisões sobre a forma como será realizada uma parceria com um ente privado na Casal serão tomadas ao fim do processo de modelagem.

Atualmente, projeto encontra-se na etapa de seleção de consultores e a etapa de diagnóstico deve ser realizada ainda este ano.

Na nota, o governo de Alagoas diz ainda que a medida tem como objetivo promover uma reestruturação estratégica da Companhia, para se adequar ao novo modelo de operação do setor, alinhando-se às demandas do novo cenário e promovendo sustentabilidade a longo prazo.

Especialista explica como funciona leilão de ações

Segundo a advogada especialista no setor de infraestrutura, sócia-fundadora do Duq Advogados e Professora na FGV Direito São Paulo, Gabriela Duque, o estado vai promover uma busca por um novo acionista para a Companhia. Os estudos que estão sendo realizados pelo BNDES é que irão indicar se o processo envolverá o leilão da maioria do capital privado ou somente parte, deixando o governo do estado como o majoritário ou não da Casal.

“Exemplificando seria algo semelhante à condição da Petrobras, que tem ações privadas, mas o governo federal é o acionista majoritário. Claro que estamos falando em hipóteses, mas esse tipo de estratégia busca um sócio acionista que vai comprar as ações da empresa e ter direito à participação em lucros e outras decisões. Como o processo ainda está em fase de modelagem, esta etapa é quem vai apontar qual será o melhor caminho diante das condições financeiras que a Casal se encontra hoje. Isso tudo será publicado em edital, que trará datas e próximos passos até chegar ao leilão das ações”, explicou.



Gabriela Duque, advogada especialista no setor de infraestrutura, sócia-fundadora do Duq Advogados e Professora na FGV Direito SP. Foto: Arquivo pessoal

O leilão, segundo explicou a especialista, será aberto a qualquer interessado na aquisição de ações, desde que cumpra os requisitos previsto no edital. “Ainda é um processo longo, já que ele está na fase inicial, ainda é necessário realizar audiência pública, receber autorização dos órgãos de controle, até de fato chegar à etapa do leilão das ações”, completou Gabriela.

BNDES vai estruturar projeto de reestruturação da Casal

O BNDES disse ao Movimento Econômico que o projeto contratado pelo Estado de Alagoas com o BNDES tem por objetivo estudar melhorias institucionais e organizacionais na Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) com o objetivo de dar sustentabilidade econômico-financeira a todo o sistema de serviços de água e esgoto no estado.

O Banco foi contratado anteriormente em 2017 para estruturar um projeto de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário em todos os 102 municípios de Alagoas, por meio de parceria com investidores privados. O modelo adotado agrupou os municípios em três blocos distintos, concedidos separadamente à iniciativa privada, e manteve a Casal como a fornecedora de água no atacado para as concessionárias.

“O novo projeto dá continuidade ao movimento de dar maior sustentabilidade ao sistema de serviços de saneamento de Alagoas, buscando reforçar a estrutura operacional da Casal. Para isso, o BNDES está estruturando um projeto de reestruturação da gestão da Casal, considerando eventual estabelecimento de parceira privada por meio da alienação de ações da companhia, decisão que será avaliada e deliberada pelo governo do estado ao fim do processo de modelagem”, explicou o BNDES ao ME.

Segundo o cronograma, os estudos técnicos devem ocorrer até o primeiro trimestre de 2026. Para o segundo trimestre de 2026 está previsto a realização de consulta pública e consequente aprovação dos órgãos de controle.

O edital tem previsão de ser lançado no terceiro trimestre de 2026 e o leilão das ações ocorrer até março de 2027. Já o contrato entre o estado e o vencedor do leilão deve ser assinado até junho do mesmo ano.

Empresas arrematam abastecimento em Alagoas

A Casal passou por mudanças em seu modelo de negócio em 2020, visando atender a Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020, que contempla o Marco Legal do Saneamento.

Com o início da operação das concessionárias privadas, a Casal continua atendendo a 17 municípios, realizando o ciclo completo de abastecimento.

“Desde 2016, o estado tem avançado em um projeto estruturado de desenvolvimento do setor, que resultou na realização de três leilões de blocos regionais, totalizando outorgas no valor de aproximadamente R\$ 4 bilhões que foram distribuídos entre o estado e os municípios, além de aproximadamente R\$ 6 bilhões em investimentos para universalização do setor”, diz outro trecho da nota.



Em 2020, a BRK arrematou o leilão para concessão de saneamento e abastecimento de Maceió e região Metropolitana. Foto: Assessoria

O maior leilão realizado para o saneamento do estado ocorreu em 2020, quando a BRK Ambiental arrematou por R\$ 2,09 bilhões o leilão e está responsável até 2055 pelo fornecimento de água e coleta de esgoto em Maceió e nos municípios da região Metropolitana.

Nesta região, a Casal segue responsável pela captação e tratamento da água, mas repassa para o parceiro privado distribuir aos clientes.

Na Zona da Mata e no Litoral Norte de Alagoas, os serviços de água e esgotamento sanitário passaram, em 2022, a serem executados pela parceria entre Casal e Verde Alagoas, que arrematou, em dezembro de 2021, essas duas regiões por meio de leilão.

Também em 2022, a companhia Águas do Sertão passou a atender 34 municípios da Bacia Leiteira e Sertão do estado. A empresa venceu em 2021 leilão para concessão dos serviços de saneamento das duas regiões.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 31/01/2025

NEOENERGIA PE INAUGURA SUBESTAÇÃO DE R\$ 21 MILHÕES EM PETROLINA

A subestação vai trazer mais robustez ao sistema elétrico da região, beneficiando cerca de 85 mil pessoas

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



O presidente da Neoenergia Pernambuco, Saulo Cabral, com a governadora Raquel Lyra na inauguração da subestação de Petrolina. Foto: Divulgação/Neoenergia Pernambuco

de 85 mil habitantes.

O presidente da Neoenergia Pernambuco, Saulo Cabral, e a governadora Raquel Lyra (PSDB) inauguraram, nesta quinta-feira (30), a Subestação Petrolina III, na cidade de mesmo nome, localizada no Sertão do São Francisco. A nova unidade de Petrolina recebeu um aporte de R\$ 21,4 milhões e vai resultar em mais confiabilidade e continuidade no fornecimento energético para cerca

A subestação faz parte do plano dos investimentos de R\$ 5,1 bilhões anunciados em 2024 e que vão ocorrer até 2028. Construída em uma área de 1,8 mil metros quadrados, o equipamento possui uma potência instalada de 26,6 MVA e está ligada, inicialmente, a uma linha de subtransmissão e cinco circuitos de média, que reforçarão o sistema elétrico da região.

A nova subestação está dotada de equipamentos com tecnologia de ponta e automatização, que permitem o monitoramento e a gestão do empreendimento à distância, diretamente do Centro de Operações Integradas (COI), no Recife.

Uma segunda linha de alta tensão será energizada na subestação e mais cinco circuitos devem ser construídos em 2026. Isso vai permitir duplicar a potência da subestação. “São R\$ 21,4 milhões investidos nessa subestação dentro dos R\$ 5,1 bilhões que serão aplicados pela companhia em todo o Estado até 2028, garantindo segurança energética e promovendo o desenvolvimento socioeconômico de quem vive e empreende em Pernambuco”, afirmou a governadora Raquel Lyra.

Subestação vai reforçar o atendimento na região

O presidente da Neoenergia Pernambuco, Saulo Cabral, afirmou que “historicamente, Petrolina tem apresentado um crescimento elevado, e se consolida como um dos principais polos industriais e do agronegócio de Pernambuco. A nova subestação não só reforça o atendimento das atuais cargas como se antecipa a futuras necessidades. Em suma, Petrolina III traz mais resiliência ao sistema e condições de suportar o crescimento pelos próximos anos”.

“Inauguramos mais uma subestação na área urbana em Petrolina que se tornou a única cidade, fora da Região Metropolitana do Recife, com quatro unidades para suprir a necessidade local”, afirmou o diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Neoenergia, João Paulo Rodrigues.

Até o final de 2028, a distribuidora entregará pelo menos mais nove novas subestações, aumentando a qualidade e a oferta de energia para os pernambucanos.

*Com informações da Neoenergia Pernambuco

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 31/01/2025

AUTORIDADES PORTUÁRIAS DEVERÃO ENVIAR SEMESTRALMENTE INFORMAÇÕES SOBRE DRAGAGEM

Monitoramento contínuo visa evitar emergências e garantir a navegabilidade nos portos



Foto: Porto de Santos (SP)

Brasília, 31/01/2025 – A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) determinou, nesta quinta-feira (30), que as autoridades portuárias encaminhem, semestralmente, documentos detalhando o plano de dragagem de seus portos.

O objetivo da medida é garantir maior previsibilidade às operações de manutenção e ao funcionamento dos canais de acesso, beneficiando diretamente a autoridade portuária, o mercado e a sociedade.

“Estima-se que, para cada metro a menos do mínimo contratado, haja uma perda de movimentação de até 700 contêineres por escala”, destacou o diretor relator da matéria, Alber Vasconcelos.

Além disso, o monitoramento contínuo dos contratos reduzirá riscos financeiros e operacionais, evitando situações emergenciais que possam comprometer a navegabilidade.

Novas exigências

As autoridades portuárias deverão encaminhar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da ANTAQ os seguintes documentos:

- Informações sobre batimetria do canal de navegação e dos berços de atracação;
- Volume dragado no período, tipo de draga utilizada e tempo de mobilização do equipamento;
- Tipo de sedimento dragado e local de descarte;
- Ações futuras e editais de contratação de serviços de dragagem;
- Contratos, aditivos e editais vigentes.

Em casos atípicos, como restrição de calado, a comunicação deve ser feita imediatamente também à ANTAQ.

Essa nova diretriz fortalece a gestão portuária e assegura a eficiência do transporte aquaviário no país.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 31/01/2025

ANTAQ APROVA AGENDA AMBIENTAL E DE SEGURANÇA AQUAVIÁRIA PARA OS ANOS DE 2025 E 2026



O documento vai subsidiar a Agência na adesão às boas práticas ambientais e na implementação de estratégias sustentáveis

Brasília, 30/01/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou, em reunião de diretoria, nesta quinta-feira (30), a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária - 2025/2026.

A agenda é composta por projetos e ações estratégicas voltadas à implantação de marcos



regulatórios que resultam em adesão às boas práticas ambientais e em iniciativas de representação, que envolvem a participação da ANTAQ em fóruns e comissões.

Nos próximos dois anos, serão entregues seis projetos, sete ações estratégicas e seis ações de representação, todos oriundos das contribuições feitas pelas áreas técnicas da ANTAQ. Essa iniciativa reforça o compromisso da ANTAQ com pautas voltadas para a sustentabilidade.

Iniciativas importantes

Compatibilização dos transportes com a conservação do meio ambiente, visando à redução da poluição sonora, da contaminação atmosférica, do solo e dos recursos hídricos; e a promoção de práticas de conservação e uso racional de combustíveis e o estímulo à segurança e à conservação do meio ambiente e recursos naturais são alguns dos temas que devem ser tratados durante o biênio de vigência da agenda.

Outros objetivos estratégicos são implementar a coleta anual de dados do inventário de carbono do setor portuário, instituir uma certificação ambiental com base na eficiência da frota das empresas brasileiras de navegação, incluir cláusulas de sustentabilidade e resiliência em 100% dos novos contratos de arrendamento e concessão aquaviária e criar uma nova metodologia de aferição de critérios de sustentabilidade ambiental.

Com aderência a iniciativas globais, a agenda está alinhada aos 17 indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), aos instrumentos das Diretrizes Interministeriais de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes e do Ministério de Portos e Aeroportos, ao Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública do Governo Federal e a planejamentos internos da Agência.

Biênio anterior

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, que relatou o processo, destacou que “a execução da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária 2023-2024 atingiu 88% de cumprimento”, mostrando o empenho dos servidores em colocar em prática iniciativas verdes.

Ele ainda ressaltou dois exemplos de projetos importantes para o setor e para a comunidade: a conclusão do Inventário de Emissões de Carbono no Setor Portuário e Medidas de Mitigação às Mudanças Climáticas, que será apresentado ao público geral no dia 5 de fevereiro de 2025; e a realização da 3ª edição do Projeto Rio Limpo, Amazônia Viva, que aconteceu em Parintins (AM).

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 31/01/2025



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

NOVA LEI PATEN IMPULSIONA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PODE BENEFICIAR COOPERATIVAS

Por Maithe Morotti

Na última semana, foi sancionada a Lei nº 15.103, que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética (Patén). O Programa é um marco para a adoção de fontes renováveis de energia e pode trazer benefícios diretos para o cooperativismo, especialmente no ramo de infraestrutura.

Entre as áreas contempladas estão o desenvolvimento de combustíveis sustentáveis, a valorização energética de resíduos, a modernização da infraestrutura de geração e transmissão de energia e a substituição de fontes poluentes por alternativas renováveis. O Paten também estimula a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de captura e armazenamento de carbono, hidrogênio verde, biogás e outras soluções de energia sustentável.



Em se tratando de medidas de incentivo, destaca-se o uso de créditos tributários e precatórios de pessoas jurídicas como garantias para financiamentos de projetos de transição energética, o que facilita o acesso a recursos com taxas de juros mais atrativas.

A nova legislação ainda cria Fundo de Garantias para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Verde). O Fundo será administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e garantirá recursos para o financiamento de iniciativas de baixo carbono, sem a necessidade de garantias reais, o que reduz custos para os investidores.

O acesso ao Fundo Verde abre possibilidades concretas de expansão e modernização para as cooperativas, que terão mais recursos para investir em tecnologias, ampliar a geração distribuída, contribuir para a interligação de redes e eficiência energética.

"A publicação desta lei representa um avanço histórico para o setor cooperativista. As cooperativas têm um potencial enorme de levar inovação e sustentabilidade para regiões onde grandes empresas muitas vezes não chegam. Este marco legal nos aproxima ainda mais dos objetivos de desenvolvimento sustentável e das necessidades energéticas de Santa Catarina e do Brasil", afirma Vanir Zanatta, presidente do Sistema OCESC.

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 30/01/2025

DESCARBONIZAÇÃO NO COMEX: 5 ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR E COMPENSAR AS EMISSÕES NO SETOR

Por Maithe Morotti



Práticas sustentáveis podem envolver desde a mensuração das emissões de carbono e transição energética até a seleção de fornecedores sustentáveis e programas de compensação

Considerada uma tendência irreversível em âmbito global, a descarbonização já é uma realidade adotada por diferentes setores, incluindo as companhias que atuam no comércio exterior. Vital para reduzir os impactos do aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas, a diminuição e compensação da pegada de carbono traz benefícios às empresas e à sociedade como um todo, conforme explica Alexandre Pimenta, CEO da Asia Shipping, maior integradora logística da América Latina.

"A descarbonização é uma demanda crescente no mercado do comércio exterior em atendimento às exigências ambientais de governos, negócios e instituições globais", afirma o executivo. Para se ter ideia, a Organização Marítima Internacional, que já tinha estabelecido percentuais de redução dos gases estufa, definiu recentemente como meta zerar as emissões líquidas por volta de 2050.



Para isso, um primeiro passo, importante a todo negócio, é mensurar todas as emissões inerentes às suas atividades e buscar alternativas de redução e neutralização desses poluentes. “A partir da adoção de estratégias é possível agregar mais sustentabilidade às diferentes etapas das operações do comex”, destaca Pimenta.

1 – Mensuração das emissões de carbono

Considerada a estratégia inicial às empresas que atuam no comex, medir emissões pode parecer um desafio, mas de acordo com o CEO da Asia Shipping, já existem tecnologias capazes de cumprir com efetividade essa demanda.

“Há algum tempo, seguindo nossas práticas ESG, atualizamos uma de nossas plataformas de modo a facilitar essa mensuração nas operações dos nossos clientes. A AS Tracking 2.0, por exemplo, além de oferecer diferentes funcionalidades operacionais como a emissão de notas fiscais, boletos e consulta de valores, calcula automaticamente as emissões de carbono das movimentações, tanto por processo quanto às relacionadas a determinado destino e origem. Isso permite que as empresas tomem as melhores decisões para a compensação de seus impactos e consumo de recursos naturais”, aponta o executivo.

2 – Uso de combustíveis de fontes renováveis

Outro ponto importante na corrida pela descarbonização do comex é o uso de combustíveis provenientes de fontes renováveis. Nesse sentido, substituir soluções fósseis por alternativas limpas, como os biocombustíveis, hidrogênio verde, energia solar e eólica pode ajudar a reduzir em grande parte a pegada de carbono no setor. “A transição envolve tanto os modais de transporte, quanto as estruturas logísticas e de armazenagem”, complementa Alexandre.

3 – Otimização logística e escolha de modais sustentáveis

Assim como a transição energética, a otimização logística e a escolha de modais mais sustentáveis também trazem impactos aos negócios que visam reduzir suas emissões. O modal marítimo, que libera menos emissões quando comparado ao modal aéreo, pode ser uma escolha nesse sentido. Mas as movimentações podem ser também otimizadas a partir do uso de tecnologias inovadoras, como os sistemas de rastreamento de cargas em tempo real, que ajudam a aumentar a eficiência operacional e reduzir o consumo de energia.

4 – Seleção de fornecedores

Com o intuito de promover a descarbonização não somente no que diz respeito às atividades do próprio negócio, muitas companhias se mostram preocupadas em expandir as práticas sustentáveis a toda sua cadeia operacional. Para isso, a seleção de fornecedores que demonstrem as mesmas preocupações e engajamento nessa causa, passou a ser uma estratégia comum, bastante adotada por companhias que seguem padrões e certificações internacionais de sustentabilidade.

5 – Iniciativas de neutralização de carbono

Após mensurar e adotar uma série de iniciativas que ajudem a mitigar suas emissões de carbono, aderir a programas que permitam neutralizar o residual emitido, pode ser também parte da jornada net zero das companhias que atuam no comex.

Isso pode ser feito de várias formas, seja por meio de projetos de reflorestamento ou da compra de créditos de carbono. Há também negócios que investem em iniciativas e projetos de geração de energia renovável.

“O mais importante, acima de tudo, é garantir a sustentabilidade das operações, equilibrando as emissões inevitáveis e protagonizando o legado de um futuro mais limpo às próximas gerações”, conclui o CEO da Asia Shipping.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 30/01/2025

MPOR LANÇA PLANO DE INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE NOS PORTOS BRASILEIROS

Por Maithe Morotti

Nova Política de Sustentabilidade, anunciada na segunda-feira (27), também será aplicada aos setores de aeroportos e hidrovias



Em evento em São Paulo na segunda-feira (27), o Ministério dos Portos e Aeroportos (Mpor) lançou a nova Política de Sustentabilidade, cujo objetivo é tornar os setores portuário, hidroviário e de aeroportos mais alinhados às práticas de proteção ao meio ambiente e mais competitivos estrategicamente. O plano engloba o setor público e privado.

Entre os pontos mais importantes do plano, estão a redução de gases de efeito estufa, a implementação de programas sociais e ambientais, além do alinhamento às metas da Agenda 2030, que prevê, entre outros tópicos, a integração de medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

O MPor afirma, também, que o investimento em ações e políticas sustentáveis pode atrair investimentos para os setores portuário, hidroviário e aéreo, gerando competitividade no cenário internacional.

“Isso se dá pois boa parte dos países mais desenvolvidos já produzem políticas voltadas para contenção das mudanças climáticas, enquanto países em desenvolvimento ainda precisam de auxílio para reduzir as emissões de carbono, proposta que faz parte, inclusive, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O Ministério entendeu que se quer fazer parte da disputa entre os principais players do mercado internacional, precisa equiparar suas políticas de sustentabilidade ao padrão que os países desenvolvidos vêm adotando”, afirma a advogada marítima Cristina Wadner, do escritório Cristina Wadner Advogados Associados.

O MPor também planeja formar um pacto de sustentabilidade com empresas do setor privado interessadas em adotar práticas ESG, promovendo o alinhamento com os objetivos globais de sustentabilidade. As empresas que seguirem os critérios poderão, ainda, receber selos de sustentabilidade que reconhecem tais práticas ESG, divididos em quatro categorias: bronze, prata, ouro e diamante.

Sobre Cristina Wadner

Cristina Wadner é especialista em Direito Marítimo, Portuário e Empresarial, com 25 anos de experiência nestas áreas. Foi uma das autoras convidadas do livro Porto, Mar e Comércio Internacional Por Elas (Editora Milfontes, 2022), um projeto da WISTA Brazil, que integra a Women's International Shipping and Trading Association (WISTA International), uma associação global composta por mulheres dos setores de Shipping e Trade.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 30/01/2025

TERMINAL EBLOG DA ELDORADO BRASIL BATE NOVOS RECORDES E CELEBRA 133 ANOS DO PORTO DE SANTOS

Por Maithe Morotti

Com 1 milhão de toneladas de celulose exportadas, empresa consolida sua eficiência logística e reforça liderança no mercado global



A Eldorado Brasil Celulose celebra um marco histórico: 1 milhão de toneladas de celulose exportadas pelo Terminal EBLog, localizado no Porto de Santos e inaugurado em julho de 2023. Essa conquista, aliada às 21 mil toneladas de celulose embarcadas em um único dia, em duas frentes de operação, e à otimização do ciclo logístico, evidencia a relevância da companhia no mercado internacional. Os resultados de 2024 são ainda mais significativos em razão da celebração dos 133 anos do Porto de Santos, um dos principais pilares logísticos do Brasil, comemorado em 2 de fevereiro.

Para Flavio da Rocha Costa, diretor da Eldorado Brasil Logística (EBLog), os resultados representam o alinhamento estratégico entre a Eldorado Brasil e o Porto de Santos. “Divulgar esses números extraordinários em um momento tão significativo para o porto reforça nossa contribuição para a economia nacional e fortalece nossa relação com essa infraestrutura essencial para as exportações brasileiras”, ressalta.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, destacou o crescimento do Porto de Santos, que atingiu 179,8 milhões de toneladas em movimentação de cargas de janeiro a dezembro de 2024, consolidando sua posição como o maior complexo portuário do Brasil. “A presença da Eldorado Brasil no Porto de Santos fortaleceu ainda mais nossa posição como um dos principais polos logísticos do país. Essa parceria não só impulsiona o comércio exterior brasileiro, mas também gera emprego, renda e promove o desenvolvimento sustentável na nossa região”, destaca Pomini.

Entre os destaques operacionais, a Eldorado Brasil reduziu o tempo médio do ciclo logístico em 15%, em dezembro de 2024, superando a marca anterior, que é de julho do mesmo ano. Essa redução reflete a eficiência de processos automatizados e a dedicação das equipes.

“O EBLog é exemplo de excelência operacional. Esses números expressam o esforço conjunto de um time comprometido em consolidar a Eldorado Brasil como líder no setor”, afirma Marcelo Falcão, gerente de Logística do EBLog. Ele também projeta um 2025 promissor. “Com esses avanços, estamos preparados para enfrentar desafios ainda maiores.”

O Terminal EBLog desempenha um papel estratégico ao conectar a fábrica de Três Lagoas (MS) ao mercado internacional, garantindo agilidade, segurança e alta qualidade. A celulose exportada pela Eldorado Brasil é amplamente utilizada em segmentos como papéis tissue, papéis especiais e embalagens, alinhando-se às crescentes demandas por sustentabilidade e consumo consciente.

Com essa marca, a Eldorado Brasil reafirma seu compromisso com a eficiência, a sustentabilidade e a geração de valor para seus clientes, colaboradores e acionistas, consolidando sua posição como um dos principais players globais do setor de celulose.

SOBRE A ELDORADO BRASIL

A Eldorado Brasil Celulose é reconhecida globalmente por sua excelência operacional e seu compromisso com a sustentabilidade, resultado do trabalho de uma equipe qualificada de mais de 5 mil colaboradores. Inovadora no manejo florestal e na fabricação de celulose, produz, em média, 1,8 milhão de toneladas de celulose de alta qualidade por ano, atendendo aos mais exigentes padrões e certificações do mercado internacional. Seu complexo industrial em Três Lagoas (MS) também tem capacidade para gerar energia renovável para abastecer uma cidade de 2,1 milhões de habitantes. Em Santos (SP), opera a EBLog, um dos mais modernos terminais portuários da América Latina, exportando o produto para mais de 40 países. A companhia mantém um forte compromisso com a sustentabilidade, inovação, competitividade e valorização das pessoas.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 30/01/2025



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A FORÇA DOS TERMINAIS PRIVADOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Os números falam por si só: os terminais portuários privados (TUPs) são um pilar fundamental para o desenvolvimento da infraestrutura portuária brasileira. Com um investimento previsto de R\$ 35,4 bilhões nos próximos anos, essas instalações mostram um potencial de crescimento expressivo e um papel cada vez mais relevante na movimentação de cargas no país.

A decisão de empresas privadas em investir em novos terminais portuários reflete a confiança no potencial de crescimento do comércio exterior brasileiro. Ao ampliar a capacidade de movimentação de cargas, os TUPs contribuem para a redução dos custos logísticos, a agilidade nas operações e a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

A diversificação dos tipos de cargas movimentadas nos TUPs, que incluem graneis sólidos, líquidos e gasosos, contêineres e carga geral, evidencia a versatilidade desses terminais e sua capacidade de atender às mais diversas demandas do mercado. Essa flexibilidade é fundamental para garantir a eficiência e a competitividade do setor portuário brasileiro.

A localização estratégica dos novos terminais, distribuídos por diversas regiões do País, contribui para a descentralização da atividade portuária e para o desenvolvimento regional. Ao ampliar a oferta de serviços portuários, os TUPs contribuem para reduzir a concentração de cargas em poucos portos e para melhorar a logística de regiões que antes eram menos atendidas.

É importante destacar que o crescimento dos TUPs não se limita à expansão da capacidade de movimentação de cargas. Esses terminais também investem em tecnologias modernas e em práticas sustentáveis, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional e para a redução do impacto ambiental.

Deve-se lembrar que a expansão dos TUPs exige um ambiente regulatório favorável, que incentive os investimentos privados e garanta a segurança jurídica dos empreendimentos. E manter essas condições deve ser uma preocupação constante do Governo Federal, de modo a incentivar o desenvolvimento do setor portuário e a modernização da logística brasileira.

Em suma, os TUPs são um motor fundamental para o desenvolvimento da infraestrutura portuária brasileira. Ao investir em novos terminais e em tecnologias modernas, as empresas privadas contribuem para a melhoria da competitividade do País, para a geração de empregos e para a redução dos custos logísticos. É essencial que o Governo continue a criar um ambiente favorável para o desenvolvimento desse setor, garantindo a segurança jurídica e a agilidade dos processos de licenciamento.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/01/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - DÓLAR TEM NONA QUEDA SEGUIDA

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DÓLAR: NOVA QUEDA 1

O dólar teve a nona queda seguida e atingiu o menor valor em mais de dois meses, nessa quinta-feira, dia 30. A moeda norte-americana fechou vendida a R\$ 5,852, com queda de R\$ 0,014 (-0,24%). A cotação iniciou o dia em alta, chegando a R\$ 5,93 por volta das 9h15, mas inverteu o movimento e recuou. Em janeiro, a moeda norte-americana cai 5,27%.

DÓLAR: NOVA QUEDA 2

Diferentemente dos últimos dias, em que as notícias do governo Donald Trump influenciavam o mercado financeiro, o cenário internacional não pesou tanto. O novo presidente norte-americano reafirmou a intenção de impor uma tarifa de 25% sobre as importações do México e do Canadá, mas a ameaça não repercutiu no mercado brasileiro. Já as notícias nacionais tiveram maior impacto: além da divulgação da possibilidade de que o Banco Central diminua o ritmo de aumento da Selic, houve o anúncio de que o déficit primário em 2024 ficou em R\$ 43 bilhões, resultado melhor que a previsão de rombo de R\$ 55,4 bilhões, segundo a pesquisa Prisma Fiscal, feita pelo Ministério da Fazenda.

SEM CAVALO DE PAU 1

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira, dia 30, que não se surpreendeu com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), agora sob a presidência de Gabriel Galípolo, ter mantido o ritmo até então registrado de alta de juros, elevando a taxa em um ponto percentual. “Uma pessoa que já tem a experiência de lidar com o Banco Central, como eu tenho, tem consciência de que, num país com o tamanho do Brasil, com a responsabilidade do Brasil, o presidente do Banco Central não pode dar um cavalo de pau no mar revolto, sabe, de uma hora para outra”, disse, em conversa com jornalistas.

SEM CAVALO DE PAU 2

Lula ainda destacou que “já estava praticamente demarcada a necessidade da subida de juros pelo outro presidente (do Banco Central, Roberto Campos Neto). O Galípolo fez aquilo que ele entendeu que deveria fazer. Nós temos consciência de que é preciso ter paciência”.

AUMENTO DAS RESERVAS 1

A Petrobras informou que suas estimativas de reservas provadas de óleo, condensado e gás natural, segundo critérios da US Securities and Exchange Commission, resultaram em 11,4 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), em 31 de dezembro de 2024. Deste total, 85% são de óleo e condensado e 15% de gás natural. A empresa diz que, em 2024, seguiu a trajetória de adição significativa de reservas (1,3 bilhão de boe), alcançando índice de reposição de reservas de 154%, com foco em ativos rentáveis e em alinhamento com a busca por uma transição energética justa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/01/2025

RODOVIAS - ANTT APROVA 1º EDITAL DE REESTRUTURAÇÃO DE UMA CONCESSÃO RODOVIÁRIA

Processo inédito para a BR-163/MS garante R\$ 17 bilhões em obras, melhorias na segurança e tarifas reduzidas após a execução das intervenções

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



O edital trata da BR-163/MS, que abrange 845,9 km, e estabelece um processo competitivo, permitindo a participação de outras empresas além da atual controladora no leilão (Foto: Divulgação/MSVia)

O LEILÃO ESTÁ PROGRAMADO PARA 22 DE MAIO, NA B3, EM SÃO PAULO, E VIABILIZARÁ MAIS DE R\$ 17 BILHÕES EM INVESTIMENTOS AO LONGO DE 29 ANOS, GARANTINDO A OTIMIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA RODOVIA

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou a publicação do primeiro edital de reestruturação de um contrato de concessão rodoviária, marcando um avanço na regulação do setor. O edital trata da BR-163/MS, que abrange 845,9 km atualmente sob concessão da MSVia, e estabelece um processo competitivo, permitindo a participação de outras empresas além da atual controladora no certame. O leilão está



programado para 22 de maio, na B3, em São Paulo, e viabilizará mais de R\$ 17 bilhões em investimentos ao longo de 29 anos, garantindo a otimização e ampliação da rodovia. A aprovação ocorreu na reunião da diretoria realizada na quinta-feira (30).

Segundo a ANTT, o lançamento do edital, previsto para publicação no Diário Oficial da União desta sexta-feira (31), é resultado de um trabalho conjunto entre a agência, o Ministério dos Transportes e o Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo é solucionar contratos considerados defasados, como o da MSVia, que enfrentou dificuldades financeiras para cumprir o contrato inicial devido a crises econômicas e custos operacionais. “Encontramos uma solução eficiente para evitar a devolução da concessão e garantir novos investimentos por meio de um reequilíbrio contratual seguro e consensual”, destacou Rafael Vitale, diretor-geral da ANTT.

A principal característica do edital é a reestruturação do contrato, que garante mais investimentos e menor tarifa em comparação à relicitação, modelo que dividiria a rodovia em dois projetos: Rota do Pantanal e Rota do Tuiuiú. O contrato reestruturado terá um prazo de 29 anos, sendo 19 anos do contrato original e 10 anos adicionais da otimização. Comparado à relicitação, o acordo prevê mais obras de ampliação e melhorias no sistema rodoviário, garantindo maior segurança e eficiência para os usuários da BR-163/MS.

A ANTT informa que, para viabilizar os investimentos, as tarifas serão atualizadas, mas os reajustes só serão aplicados após a execução das obras, garantindo que os recursos estejam vinculados às melhorias na rodovia. O plano também prevê benefícios aos usuários, como isenção de pedágio para motociclistas, desconto de 5% para veículos com TAG e descontos progressivos para usuários frequentes, especialmente os que utilizam o trecho diariamente. A quantidade e localização das praças de pedágio permanecerão inalteradas.

O Plano de Otimização do Contrato da BR-163/MS prevê uma série de melhorias ao longo da rodovia. Entre as intervenções programadas estão 203 km de duplicação, 147,77 km de faixas adicionais, 28,82 km de contornos, 22,99 km de vias marginais e a execução de seis correções de traçado. Além disso, o projeto inclui a construção de 99 viadutos, 22 passarelas, 144 pontos de ônibus e 56 passagens de fauna, além da implantação de três Pontos de Parada e Descanso para Caminhoneiros. Melhorias que visam aumentar a segurança, a eficiência e o conforto dos usuários da rodovia.

Nos primeiros três anos do contrato otimizado, está previsto um investimento de R\$ 2,06 bilhões para obras prioritárias. “Com a otimização do contrato, estamos garantindo a retomada dos investimentos na BR-163/MS sem a necessidade de relicitação, que atrasaria as melhorias para os usuários. Esse acordo permitirá antecipar as obras em pelo menos quatro anos, elevando rapidamente o nível de serviço da rodovia, com mais segurança, conforto e eficiência”, reforçou Vitale.

Isonomia e eficiência

A ANTT destaca que o leilão em formato de processo competitivo tem como objetivo garantir isonomia e eficiência econômica, permitindo a participação de outras empresas interessadas no projeto, além da atual administradora da BR-163/MS. Para isso, a CCR MSVia deverá disponibilizar ao mercado todos os seus ativos e passivos, ou seja, colocar à venda sua participação acionária no estado em que a concessionária se encontra.

O critério do leilão será o maior desconto sobre a tarifa de pedágio prevista no edital. A atual controladora, MSVia, estará previamente habilitada a participar da sessão pública na fase de viva voz. Caso não haja outros proponentes, a atual controladora será declarada vencedora do processo. O contrato remodelado deverá entrar em vigor em até três meses após o leilão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 31/01/2025

REGIÃO NORDESTE - MINISTRO COBRA AGILIDADE EM OBRAS QUE CONECTAM PETROLINA E JUAZEIRO

Em visita técnica, Renan Filho fiscaliza intervenções na ponte Presidente Dutra e reforça necessidade de manter cronograma

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Acompanhado por uma equipe do Dnit, Renan Filho se reuniu com autoridades locais e técnicos responsáveis pelas obras nas rodovias que dão acesso à ponte Presidente Dutra (Foto: Márcio Ferreira/MT)

O ministro dos Transportes, Renan Filho, esteve na quarta-feira (29) em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) para acompanhar o andamento das obras de infraestrutura viária que prometem melhorar a mobilidade entre os dois municípios. Ele aproveitou para cobrar celeridade na execução das intervenções e garantir que os recursos necessários para a conclusão das obras estão assegurados.

Acompanhado por uma equipe do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Renan Filho se reuniu com autoridades locais e técnicos responsáveis pelas obras nas BRs 407/PE e 235/407/BA, que dão acesso à ponte Presidente Dutra. A equipe do Dnit permanecerá na região para monitorar os avanços e oferecer suporte técnico às prefeituras na execução das intervenções.

Com 801 metros de extensão e um tráfego diário superior a 40 mil veículos, a ponte Presidente Dutra, conhecida como Ponte Picolé, é um ponto de conexão entre Pernambuco e Bahia. No entanto, o fluxo intenso tem causado congestionamentos, impactando a mobilidade da população e o escoamento da produção da região. Para reverter esse cenário, o Ministério dos Transportes investirá R\$ 131 milhões em Petrolina e R\$ 185 milhões em Juazeiro.

“O importante é vir para cá para dar o prazo, além de garantir os recursos. O Brasil, ao longo do governo anterior, por conta do teto de gastos, passou a investir muito pouco, R\$ 7 bilhões apenas por ano. Agora, a gente tem um orçamento de R\$ 20 bilhões, o que garante que a gente tenha condição de entregar obras três vezes mais rápido. Por isso eu estou aqui para garantir a entrega”, afirmou Renan Filho.

Em Petrolina, as obras incluem a duplicação da via de acesso à ponte, a construção de um viaduto e uma nova ponte sobre o riacho Vitória. Segundo o ministro, cerca de 50% dos trabalhos já foram concluídos, e a previsão é de que essas melhorias sejam entregues até dezembro.

“Este ano vamos concluir a obra para que a cidade de Petrolina possa continuar dando excelentes exemplos ao Brasil na produção, na geração de empregos, no desenvolvimento e na educação. Essa obra, certamente eleva a autoestima da cidade e prepara para o futuro, para Petrolina continuar crescendo”, disse o ministro.

Em Juazeiro, o projeto contempla o alargamento da Ponte Picolé e a construção de cinco viadutos, cada um com quatro faixas de rolamento e acostamento, reduzindo os congestionamentos e promovendo mais segurança no tráfego. A conclusão dessas intervenções está prevista para julho de 2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/01/2025

NACIONAL - EM COLETIVA, LULA DIZ QUE NÃO INTERFERE NO PREÇO DO DIESEL



Presidente também falou sobre possibilidade de substituições de ministros em 2025, sem citar nomes
Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenews.com.br

A respeito de um possível movimento contrário do setor de transporte e logística diante do aumento do diesel, Lula disse ser capaz de resolver qualquer greve futura dos motoristas

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que não interferiu em qualquer tipo de reajuste que impacte a comercialização do preço do diesel nos postos de combustíveis, ressaltando que essa é uma escolha de responsabilidade da

Petrobras. O anúncio foi feito em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), nesta quinta-feira (30).

“Eu não autorizei aumento do diesel, porque desde o primeiro mandato eu aprendi que quem autoriza o aumento do petróleo e dos derivados do petróleo é a Petrobras, e não o presidente da República”, declarou.

A respeito das futuras decisões que serão tomadas pela empresa, Lula reforçou que, ainda que sejam elevados os preços, ficarão abaixo do que era praticado no governo anterior. “Se a Petrobras tiver que fazer um reajuste, ainda assim, não levando em conta o aumento da inflação de 2023/2024, será menor que em dezembro de 2022”.

No próximo sábado, 1º de fevereiro, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual será elevado sobre o diesel em R\$ 0,06 e sobre a gasolina em R\$ 0,10 por litro, conforme aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) no final de 2024.

Os valores são definidos para unificar a tributação dos entes federativos e garantir que todos sigam as mesmas regras fiscais. O ICMS corresponde apenas a uma fração do valor final do combustível, que também é impactado pelos impostos federais e pelas margens da Petrobras, das distribuidoras e dos revendedores.

Greve

A respeito de um possível movimento contrário do setor de transporte e logística diante do aumento do diesel, Lula disse ser capaz de resolver qualquer greve futura dos motoristas.

“Se houver uma movimentação de caminhoneiros, eu vou fazer o que eu sempre fiz a vida inteira: vamos conversar. Vamos colocar o ministro dos Transportes (Renan Filho) e a ministra da Administração, Esther Dweck, para conversar. Não temos nenhuma preocupação, vamos conversar com todo e qualquer setor que tiver problema com o governo”, declarou.

Reforma ministerial

Quanto à definição dos nomes escolhidos para gerenciar os 38 ministérios do governo, o presidente adiantou que ainda não decidiu se haverá substituições em 2025.

“É assim que a gente faz na política: se tiver uma pessoa que foi chamada para administrar uma área e não estiver atendendo a contento, você troca. Isso será feito na maior liberdade possível, com o mesmo carinho com que eu convoquei, eu posso tirar uma pessoa”, pontuou Lula.

O chefe do Executivo contou que, na última reunião ministerial, deu a oportunidade de 5 minutos para cada chefe de ministério apresentar seu balanço de ações, como uma espécie de avaliação da presidência.

“Não posso dizer quem vai ser. Se eu pudesse falar, eu falaria”, finalizou Lula.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/01/2025

NACIONAL - PETROBRAS ATINGE METAS DE PRODUÇÃO E BATE RECORDES NO PRÉ-SAL

Produção total de óleo e gás natural da companhia chegou a 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

No ano passado, duas novas plataformas da Petrobras começaram a operar: o FPSO Maria Quitéria, no campo de Jubarte, e o FPSO Marechal Duque de Caxias, no campo de Mero (Foto: Agência Petrobras)



A Petrobras anunciou que, em 2024, alcançou todas as metas de produção estabelecidas em seu Plano Estratégico 2024-2028, dentro do intervalo de mais ou menos 4%. A produção total de óleo e gás natural da companhia atingiu 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), enquanto a produção comercial foi de 2,4 milhões de boed. A produção de óleo foi de 2,2 milhões de barris por dia (bpd).

A empresa também estabeleceu novos recordes anuais no pré-sal, com a produção total própria alcançando 2,2 milhões de boed e a produção operada, 3,2 milhões de boed. O volume de produção no pré-sal representou 81% da produção total da companhia em 2024.

No ano passado, duas novas plataformas começaram a operar: o FPSO Maria Quitéria, no campo de Jubarte (pré-sal da Bacia de Campos), com previsão inicial de operação para 2025, e o FPSO Marechal Duque de Caxias, no campo de Mero (pré-sal da Bacia de Santos). Além disso, a plataforma FPSO Sepetiba, localizada no campo de Mero, atingiu sua capacidade máxima de produção de óleo em apenas oito meses de operação.

Esses avanços ajudaram a compensar perdas decorrentes de paradas para manutenção, declínio dos campos maduros, interrupções não programadas determinadas pela ANP e os efeitos da greve do Ibama. “Apesar destes fatores externos, a companhia conseguiu fechar o ano de 2024 dentro do planejado”, destacou a Petrobras.

Outro marco importante foi o início da operação comercial da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), no Complexo de Energias Boaventura, em Itaboraí (RJ), em novembro. A unidade possui capacidade para processar 10,5 milhões de m³/dia de gás, por meio de seu primeiro módulo.

No mercado financeiro, as ações da Petrobras avançaram cerca de 2,70% em 2024, com uma alta de aproximadamente 13% em uma janela de 52 semanas. As ações ordinárias tiveram um aumento de pouco mais de 4% em 2025 e de cerca de 17,50% no período de 52 semanas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/01/2025

NACIONAL - SETOR PORTUÁRIO PRIVADO AVANÇA COM NOVOS CONTRATOS E R\$ 35 BI EM INVESTIMENTOS

Infraestrutura ganha reforço com novos terminais de uso privado, ampliando a movimentação de cargas e a eficiência logística

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Entre os destaques está o TUP de Luís Correa, no Piauí, que terá capacidade para movimentar quatro tipos de cargas: granel sólido, granel líquido, contêiner e carga geral

Os terminais portuários de uso privado (TUPs) vão movimentar pelo menos R\$ 35,4 bilhões em investimentos no Brasil, considerando os empreendimentos que foram autorizados no ano passado e aqueles que ainda aguardam liberação do governo. O levantamento, que será divulgado pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), entidade que representa 35 empresas do setor, evidencia o papel fundamental dos terminais privados na expansão da infraestrutura portuária brasileira.

Do total de investimentos, R\$ 5,4 bilhões estão relacionados à assinatura de seis novos contratos de adesão para a instalação de TUPs, firmados no ano passado com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Outros 14 terminais ainda aguardam autorização do governo, somando mais R\$ 30 bilhões em investimentos previstos para ampliação da capacidade de movimentação de cargas nos portos brasileiros.

Os dados, divulgados pela Coordenação de Pesquisas e Desenvolvimento da ATP, indicam que em 2024 foram autorizados seis novos terminais distribuídos pelo país: dois na Região Norte, dois no Nordeste e dois no Sul. Entre os destaques está o TUP de Luís Correa, no Piauí, que contará com um investimento de R\$ 2,5 bilhões e será operado pela Porto Piauí. Esse terminal terá capacidade para movimentar quatro tipos de cargas: granel sólido, granel líquido, contêineres carga geral.

Outros terminais autorizados incluem o Porto Meridional, em Arroio do Sal (RS), que também operará os quatro tipos de cargas; o Terminal de Granéis Sólidos Agrícolas, em Porto Velho (RO); o TUP Acará, no Pará, voltado para granel líquido; e o Porto Park, em Balneário Piçarras (SC), que terá foco no transporte de passageiros.

Além dos terminais já autorizados, outros 14 projetos aguardam autorização do MPor para a assinatura de contratos de adesão e instalação. Entre eles, 11 são novos TUPs e três são pedidos de ampliação de terminais já existentes. Esses investimentos cobrem uma ampla variedade de tipos de cargas, incluindo granéis sólidos, líquidos e gasosos, contêineres, carga geral e transporte de passageiros, reforçando a diversificação e a capacidade logística do Brasil.

Impacto

Para o presidente da ATP, Murillo Barbosa, os novos TUPs já contratados e os projetos que aguardam autorização são fundamentais para o crescimento do setor portuário brasileiro. "Estão em andamento no Brasil inteiro vários projetos de terminais portuários privados, essenciais para ampliar a movimentação de cargas do país. São investimentos em infraestrutura que geram eficiência nas operações e garantem que as empresas mantenham sua competitividade e explorem novas oportunidades no mercado internacional", afirmou Barbosa.

Os investimentos também têm impacto direto na geração de empregos e no desenvolvimento econômico das regiões onde os terminais estão localizados. A ampliação da infraestrutura portuária privada contribui para maior eficiência na movimentação de cargas, ajudando a reduzir custos logísticos e melhorando a competitividade dos produtos brasileiros no mercado global.

Movimentação

Os terminais privados desempenham um papel central na movimentação de cargas no Brasil. Em 2024, a expectativa é que esses terminais tenham movimentado mais de 850 milhões de toneladas, representando aproximadamente dois terços de toda a movimentação nacional.

O setor de contêineres registrou um crescimento expressivo de mais de 7% até novembro de 2024, enquanto a movimentação de minério de ferro aumentou 3,6% no mesmo período. Os números consolidados do ano, referentes a dezembro de 2024, ainda serão divulgados pela ATP.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/01/2025

REGIÃO SUDESTE - SAL GROSSO VOLTA AO PORTO DO RIO DE JANEIRO EM GRANDE OPERAÇÃO DE DESCARGA

Navio descarregou mais de 36 mil toneladas para a empresa Sal Cisne, marcando a reativação da atividade.

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



A movimentação de sal grosso no Porto do Rio foi realizada para a empresa Sal Cisne e ocorreu entre os dias 12 e 19 deste mês, com o navio atracando no Cais da Gamboa

O Porto do Rio de Janeiro voltou a realizar operações de descarga de sal grosso. A movimentação foi realizada para a empresa Sal Cisne e ocorreu entre os dias 12 e 19 deste mês, com o navio atracando no Cais da Gamboa. Com um calado operacional de 9,40 metros, o navio desembarcou 36.670 toneladas de sal grosso,

utilizando descarga direta e um carrossel logístico composto por 200 veículos, responsáveis pelo transporte até a refinaria da empresa em Cabo Frio.

Segundo a PortosRio, Autoridade Portuária responsável pela administração do Porto do Rio de Janeiro, a operação foi retomada após um longo período. Não foi informado, no entanto, por quanto tempo o complexo ficou sem descarregar sal grosso.

O gerente de Desenvolvimento de Negócios, Eduardo Miguez, ressaltou a importância dessa operação. “Esse retorno demonstra que o Porto do Rio de Janeiro está cada vez mais competitivo. Estamos fortalecendo nosso relacionamento com o mercado e provando que podemos atender operações complexas com eficiência e agilidade”.

Felipe Fonseca, superintendente de Planejamento e Desenvolvimento de Negócios da Autoridade Portuária, também comemorou o êxito da operação. “Foi uma grande conquista para o Porto do Rio. Nosso trabalho contínuo de prospecção e a busca por soluções que agreguem valor ao cliente estão trazendo resultados concretos. O mercado já percebe a evolução do Porto do Rio, e estamos confiantes de que novas cargas virão em breve”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/01/2025

REGIÃO SUDESTE - CLUSTER NAVAL DA BAHIA QUER FORTALECER ECONOMIA DO MAR E ATRAIR INVESTIMENTOS

Projeto liderado pela Codeba foi apresentado em Santos e propõe soluções para inovação, economia azul e desenvolvimento sustentável

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenevents.com.br



Para Gobbo, o desenvolvimento promovido pelo Cluster deve contemplar toda a sociedade, mencionando as comunidades localizadas no entorno dos três portos públicos do estado

“ESTAMOS DESENVOLVENDO UMA PAUTA ESG QUE CONTEMPLE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA, EDUCAÇÃO, REPARAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL. SÃO INVESTIMENTOS NA SOCIEDADE E NAS PESSOAS”

ANTONIO GOBBO
presidente da Codeba



O diretor-presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), Antônio Gobbo, esteve na quinta-feira (30) na cidade de Santos, no litoral de São Paulo, onde participou de um evento para apresentar o projeto do Cluster Tecnológico Naval da Bahia. A palestra ocorreu na sede da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS) e reuniu representantes da associação e entidades ligadas ao setor.

Lançado em outubro do ano passado, no Porto de Salvador, o Cluster Tecnológico Naval da Bahia reúne empresas, instituições de pesquisa e órgãos governamentais do setor portuário e de transporte marítimo.

O objetivo é promover debates e negociações entre os setores público, privado e acadêmico para encontrar soluções inovadoras e desenvolver o setor portuário, atraindo novos projetos e investimentos.

"O princípio do Cluster, na verdade, é a integração, construir uma engenharia de oportunidades. Os portos são um organismo só, e o que estamos buscando é o desenvolvimento do Brasil. Os clusters têm que conversar uns com os outros, mas é preciso que se tenha uma estrutura, uma governança que permita esse trânsito de informações e o intercâmbio em um grande ganha-ganha para o desenvolvimento nacional", disse Gobbo, que também é presidente do Conselho de Administração do Cluster.

No evento, o diretor-executivo, capitão de mar e guerra Paulo Cezar Pinheiro, destacou os principais objetivos e iniciativas do projeto, visando o desenvolvimento econômico por meio da atividade marítima.

Com grande foco na troca de experiências e no impulso à economia do mar, o Cluster também tem o objetivo de encontrar soluções de responsabilidade socioambiental, baseadas na economia azul.

"Praticamente toda a economia dos itens do comércio exterior brasileiro é processada por meio de portos e do mar. Existe a necessidade, hoje, de se fazer um mapeamento dessa cadeia produtiva da economia do mar, que compreende indústria, agricultura e serviços. Esses setores não se limitam à orla, mas se estendem pelo interior. O Brasil precisa garantir o direito à sua zona econômica exclusiva e à plataforma continental. Isso se faz com conhecimento e atividade empreendedora, visando compreender melhor nossas potencialidades e garantir seu pleno aproveitamento pela nação", analisou o presidente da Codeba.

Por fim, Gobbo destacou que o desenvolvimento promovido pelo Cluster precisa contemplar toda a sociedade, mencionando as comunidades localizadas no entorno dos três portos públicos do estado.

"Temos uma série de atividades ligadas à economia do mar e afetadas pelas operações (portuárias). Estamos desenvolvendo uma pauta ESG que contemple programas de qualidade de vida, educação, reparação e conservação ambiental. São investimentos na sociedade e nas pessoas. É isso que estamos buscando", completou.

Empresas fundadoras

O Cluster Tecnológico Naval da Bahia tem como empresas fundadoras: Bahia Marina; Belov Offshore Industrial Ltda; Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba); Contermas Terminal Marítimo de Salvador; CS Portos; Enseada Indústria Naval SA; Intermarítima Portos e Logística; Maqfiltros; Terminal Portuário Cotegipe; e Wilson Sons – Tecon Salvador.

Além das empresas, o cluster inclui, no arranjo institucional, universidades, fundações, entidades patronais, institutos de pesquisa e órgãos públicos relacionados ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.

O evento na AEAS ocorreu por meio da iniciativa do programa Navega Mais Brasil, parceria entre o seminário Hidrovias Já e o Fórum Brasil de Turismo Cultural. A palestra contou com a presença do

presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, e do presidente da Associação Náutica Bahia, Santiago Campo.

Durante sua presença em Santos, o presidente da Codeba visitou o Complexo Industrial Naval do Guarujá (CING), onde estão localizados a Marina Astúrias e a unidade de Pesquisa e Projetos Navais da SPHIDRO/ SA. Segundo a Autoridade Portuária, a empresa negocia sua entrada no Cluster Tecnológico da Bahia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/01/2025

INTERNACIONAL - CAIXAS-PRETAS DE AVIÃO QUE SE CHOCOU COM HELICÓPTERO NOS EUA SÃO ENCONTRADAS

Dispositivos podem esclarecer as circunstâncias do acidente que matou 67 pessoas em Washington

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Câmera de monitoramento capta o momento da explosão causada pelo choque entre a aeronave da American Airlines e o helicóptero UH-60 Black Hawk em Washington

AS CAIXAS-PRETAS REGISTRAM INFORMAÇÕES CRUCIAIS PARA A RECONSTRUÇÃO DO QUE ACONTECEU NOS MOMENTOS QUE ANTECEDERAM A COLISÃO. UMA DELAS ARMAZENA OS DIÁLOGOS ENTRE OS PILOTOS E AS COMUNICAÇÕES COM A TORRE DE CONTROLE, ENQUANTO A OUTRA REGISTRA DETALHES TÉCNICOS DO VOO

As caixas-pretas do avião da American Airlines que caiu perto do Aeroporto Nacional Reagan, em Washington D.C., foram localizadas e recuperadas pelo Conselho Nacional de Segurança no Transporte (NTSB, na sigla em inglês) na quinta-feira (30). A aeronave se chocou com um helicóptero militar das Forças Armadas norte-americanas na noite da quarta-feira (29), resultando na morte de todos os ocupantes. Entre as vítimas estavam 60 passageiros e quatro tripulantes do avião civil, além de três militares a bordo do helicóptero UH-60 Black Hawk.

Os dispositivos de gravação, essenciais para a investigação das causas do acidente, já estão em poder do NTSB e passam por análise para a extração dos dados. As caixas-pretas registram informações cruciais para a reconstrução do que aconteceu nos momentos que antecederam a colisão. Uma delas armazena os diálogos entre os pilotos e as comunicações com a torre de controle, enquanto a outra registra detalhes técnicos do voo, como velocidade, altitude e comandos da tripulação.

A aeronave envolvida era um Bombardier CRJ-701, que operava o voo American Airlines 5342. O avião havia pado de Wichita, no estado do Kansas, e estava em fase de aproximação para o pouso quando colidiu com o helicóptero militar, que realizava um treinamento noturno. No momento do impacto, a aeronave voava a aproximadamente 100 metros de altitude, sobre o rio Potomac, onde caiu logo em seguida. Equipes de resgate iniciaram as operações na manhã de quinta-feira, tentando recuperar destroços e corpos das vítimas.

Durante um pronunciamento, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prestou homenagem às vítimas e afirmou que o governo conduzirá uma investigação rigorosa para esclarecer o acidente. A American Airlines disponibilizou uma linha telefônica para familiares das vítimas em busca de informações sobre os passageiros a bordo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 31/01/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA REALIZA VISITA À OBRA DO VLT

Por Bruna Carvalho - 31/01/2025 11:19



Uma equipe de auditores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) realizou, na quinta-feira (30.01), uma visita com o intuito de fiscalizar as obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Subúrbio de Salvador. A visita contou também com a presença do presidente do TCE/BA, conselheiro Marcus Presidio, do conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo e de dirigentes da Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTBA), da Casa Civil do governo do Estado e de representantes das empresas responsáveis pela execução dos contratos. O projeto tem um orçamento total de R\$ 3,6 bilhões e será desenvolvido

em três lotes, cada um destinado a trechos específicos.

“O TCE realiza sua atividade de controle externo sempre considerando o interesse público como o objetivo fundamental a ser alcançado. Portanto, os conselheiros e os auditores estão acompanhando essa visita às obras do VLT como uma oportunidade para avaliar, considerando a relevância desse equipamento para a comunidade”, destacou Marcus Presidio.

Já o conselheiro Inaldo Araújo deu ênfase à relevância social do projeto para a população soteropolitana: “Apesar das belezas naturais, é uma área de nossa capital que permanece muito degradada. O povo do subúrbio merece uma condição mais digna para sua mobilidade”.

O VLT do Subúrbio, que substituirá o antigo sistema de trens, promete modernizar o transporte na região e beneficiar milhares de passageiros diariamente. O governo do estado reforçou o compromisso de entregar o modal dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos, garantindo melhorias no transporte público da capital baiana.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 31/01/2025

DOIS LEILÕES DE CONCESSÕES DE RODOVIAS NA BAHIA SERÃO LANÇADOS EM 2025. EDITAL DA ROTA DO RECÔNCAVO VAI TIRAR A VIA BAHIA. VEJA DETALHES

Por Redação - 29/01/2025 19:00 - Atualizado 30/01/2025



O ministro dos Transportes, Renan Filho, apresentou, na terça-feira (28), uma carteira recorde de concessões que serão realizadas em 2025, representando R\$161 bilhões em investimentos, 8,4 mil quilômetros de rodovias beneficiadas em 11 leilões em 2025. Entre os leilões, dois são de rodovias que cortam a Bahia, incluindo a que substituirá a Via Bahia.

Está previsto o leilão de concessão da Rota do Recôncavo, com 466 km de extensão, composta da BR 324, ligando a Salvador e Feira de Santana, seguindo até a divisa entre

Bahia e Minas Gerais.

O edital será lançado em setembro de 2025 e a realização do leilão será em dezembro do mesmo ano.

A concessionária vencedora vai substituir a Via Bahia, e o Capex, que representa as despesas de capital, é de R\$ 13,6 bilhões. Está previsto a duplicação de parte da pista, construção de marginais e faixas adicionais

Outra concessão será da BR-116/BA/PE, ligando Feira de Santana (BA) a Salgueiro (PE), que está na fase de audiência pública e o edital deve ser lançado em junho de 2025 e o leilão realizado em outubro de 2025.

O trecho de 502 quilômetros, liga o anel rodoviário de Feira de Santana, na Bahia, a Salgueiro, atravessando 16 municípios e apresenta um Capex, representa as despesas de capital, de R\$ 3,05 bilhões e vai gerar 44 mil empregos.

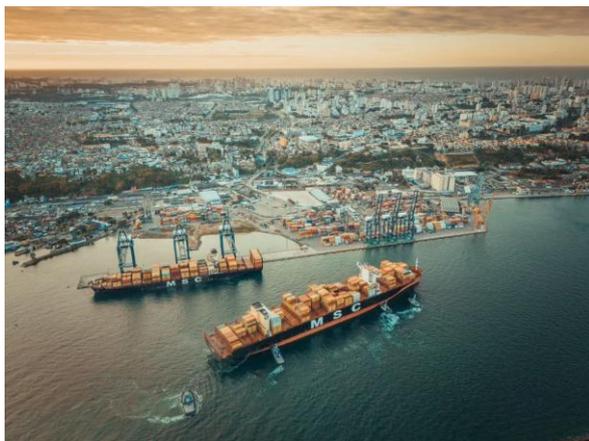
Está previsto a duplicação de parte da pista, construção de marginais e faixas adicionais e 5 praças de pedágio.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 31/01/2025

PORTO DE SALVADOR CRESCE 26% EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGA EM 2024; CODEBA AMPLIA INVESTIMENTO

Por Victoria Isabel - 29/01/2025 18:59 - Atualizado 30/01/2025



(A tarde) - Foto: Crédito: acervo Wilson Sons

O Porto de Salvador, administrado pela Autoridade Portuária da Bahia – Codeba teve um expressivo crescimento de 26,33% na movimentação de cargas, totalizando cerca de sete milhões de toneladas em 2024.

Este crescimento proporcionou mais um feito inédito: a ocupação total da área alfandegada nos meses de novembro e dezembro, reflexo do aumento da demanda e da otimização dos fluxos operacionais e administrativos, com mudanças no modelo de gestão, reorganização interna, além de obras e intervenções

realizadas no Porto de Salvador, consolidando a Bahia como um hub estratégico no setor e permitindo conexões diretas com a Ásia.

No total, os portos administrados pela Codeba também alcançaram outro marco inédito no ano passado, registrando mais de 13,7 milhões de toneladas em cargas movimentadas. O volume representa um crescimento de cerca de 8% em relação a 2023, supera o recorde anterior, registrado em 2021, e consolida-se como o maior da história da Companhia.

A Codeba registrou, em 2024, o maior volume de investimentos da sua história, tanto em valores absolutos quanto em percentuais. Foram executados 55,13% do orçamento anual, quase o dobro do maior percentual registrado anteriormente.

Com o valor recorde de R\$ 34 milhões realizados, a Companhia evidencia o compromisso da gestão com o aumento da eficiência administrativa e dos investimentos em infraestrutura portuária. Esses números colocam a Codeba em destaque nacional, frente aos portos federais.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 31/01/2025



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

“AGORA É A HORA DE CONCRETIZAR AS PROPOSTAS”, AFIRMA ANDERSON POMINI, DA APS

Informações: BoqNews (31 de janeiro de 2025)

O presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, falou que o momento é colocar em prática ações planejadas ao longo dos últimos anos

Pelo segundo ano consecutivo, nas comemorações do aniversário do Porto de Santos, cujo porto completou 133 anos neste domingo (2), o presidente da Autoridade Portuária, o advogado Anderson Pomini, está à frente do comando da maior estatal portuária da América do Sul – e uma das mais relevantes do mundo.

Um feito para poucos, pois quando assumiu o mandato oficialmente, em abril de 2023, o ministro era Márcio França, seu amigo pessoal.

No entanto, mesmo com a mudança de ministério com a chegada do deputado Silvio Costa Filho ao comando da pasta, Pomini se manteve no cargo, demonstrando força política e o bom diálogo em várias frentes junto com autoridades municipais, estaduais e federais.

Após 21 meses na função, Pomini quer colocar em prática todas as ações planejadas desde que chegou.

“Agora é a hora de concretizar, sair dos diálogos e das propostas e entregar”, destacou durante entrevista à Imprensa na última quarta (29).

Na oportunidade, Pomini falou sobre o futuro pátio de trânsito de Cubatão, túnel Santos-Guarujá, dragagem, STS-10, terminal de passageiros, entre outros temas.

“O que a gente pretende que este ano é dar a primeira enxadada do túnel Santos-Guarujá, publicação do edital do aprofundamento do canal. Além do início das obras das perimetrais das margens esquerda e direita e expansão do Porto”, resume.

“Certamente muitas destas obras não estaremos aqui para entregar, mas se começarmos, a missão será completa. Este é o nosso objetivo”.

Confira a entrevista

Como está a questão para a instalação de pátio de trânsito na Ilha do Tatu, em Cubatão?

Anderson Pomini – O pátio é uma necessidade da infraestrutura brasileira. Há muitos anos, já deveria ter sido resolvida a questão da melhoria dos pátios para os trânsitos. Há mais de 10 anos, o Porto vem estudando as áreas. Quando nós assumimos, eu pedi as informações desses estudos.

Na poligonal do Porto constava a Ilha do Tatu, inclusive foi publicado à época um estudo do Governo Federal autorizando a supressão da vegetação local para a melhoria do pátio.

Em 2022, a autoridade portuária encaminhou ofício ao ex-prefeito informando a necessidade de implementação, portanto, sempre com muita publicidade e transparência.

E não consta em nossos arquivos nenhuma impugnação a este ofício, nem manifestação contra e mesmo assim, na gestão passada, eu estive pessoalmente lá. Eu apresentei o projeto e também não recebi formalmente da prefeitura qualquer tipo de impugnação.



Nós procuramos prestigiar o diálogo.

O Porto de Santos está conectado com cinco municípios, Santos, Guarujá, São Vicente, agora com a mudança da poligonal, além de Bertioga e Cubatão.

Nós fizemos um pátio também no Guarujá, outro em Cubatão e em São Vicente, organizado com atendimento médico, psicológico, com serviços para os caminhoneiros, gerando renda, por meio dos serviços e comércio.

No local (Ilha do Tatu), haverá a construção de um parque nos outros 500 mil m² (de um total de 1 milhão de m²).

Dessa forma, politizaram um pouco essas informações em razão do ano eleitoral e agora com o novo prefeito, que é muito competente, pode ter certeza de que ao entender o projeto, ele vai aplaudir, apoiar e importar as contrapartidas que o Porto poderá fazer em benefício da comunidade.

Dessa forma, como fica a situação dos trânsitos pela região?

Anderson Pomini – É preciso que algumas obras sejam concretizadas.

Por exemplo, hoje temos 20 mil caminhões circulando diariamente por toda a área do Porto, dos quais 5 mil, retirando os produtos na margem direita e circulando 45 milhas para armazenamento na margem esquerda no Guarujá. Com o túnel construído, este volume vai cair.

Então, é preciso que esses cálculos sejam feitos para que as pessoas possam definir a área exata da poligonal do Porto.

Hoje, ela conta com 7,8 milhões de m².

A nossa proposta é chegar a quase 20 milhões de m², ou seja, a proposta de mudança da poligonal será publicada agora no final do mês de fevereiro pelo ministro Silvio Costa Filho.

Qual a perspectiva de ocupação pelo Porto da atual Vila dos Criadores, onde residem milhares de pessoas? As pessoas dizem que só saem de lá com a garantia da chave de um novo imóvel...

Anderson Pomini – Estamos em total sintonia. É uma exigência deles e tem total apoio nosso. Eles dizem que só sairão com a entrega da chave de uma casa, o que estamos exatamente de acordo.

A área de Jabaquara (Nota da Redação: onde hoje encontra-se a empresa Transbrasa) foi uma sugestão nossa, pois hoje temos uma operação portuária no centro da cidade. Há 50 anos, isso faz sentido.

Assim, hoje temos uma área com boas características para operação portuária na Vila dos Criadores. Trata-se da última área nobre da margem direita do Porto de Santos, mas ocupada de forma irregular por pessoas que vivem em condições insalubres, de manipulação ambiental.

O que nós acomodamos é acomodar essas pessoas em área com boa infraestrutura na cidade e acomodar a operação portuária onde hoje eles estão.

Inclusive há uma sentença que obriga a prefeitura à construção de casas, mas o cobertor financeiro é curto e nada adianta uma sentença judicial sem os recursos.

A juíza esteve conosco e, muito sensibilizada com esse assunto, pediu exatamente o documento para que a área entre na poligonal do porto, o que hoje não ocorre (Nota da Redação: pertence ao município, pois ali trabalhou o antigo lixão da Cidade) .



Assim, na medida em que a transferência da área ocorra, podemos cumprir o compromisso e comprometemo-nos a fazê-lo.

Qual a importância de ocupação naquela área para o setor portuário?

Anderson Pomini – Existem 5 mil pessoas que moram nessa região. Vamos garantir a primeira dignidade a elas com a transferência para as moradias. Nós estudos fizemos na área e há boa possibilidade de manobra dos navios.

Além disso, a gente amplia a área do Porto à margem direita, ou seja, é uma decisão que favorece todo o mundo, mas a empresa que hoje está no Jabaquara não significa que vai ocupar a área da Vila dos Criadores.

Porém, a empresa (Transbrasa), que presta relevância de serviço no Porto de Santos, precisa da renovação do contrato com o Ministério dos Portos, pois o mesmo está vencido atualmente.

Como fica a questão do STS-10, à medida que o ministério já anunciou o leilão para este ano, mas há dúvidas sobre o cais público, por exemplo, e embarque de mercadorias, como veículos?

Anderson Pomini – Quando ao STS-10, estamos projetando exatamente o melhor formato, pois trata-se de uma área que ampliará a capacidade de movimentação de cargas de contêineres de praticamente 6 milhões para 8 a 8,5 milhões de TEUs.

Será o maior leilão de área portuária do Brasil.

Assim, fizemos alguns critérios.

Primeiro: que se prestigie a carga geral. Eles constarão do edital, para que também no terminal tenhamos a continuidade da operação de cargas de veículos.

Portanto, a ideia é que o terminal seja multipropósito para continuarmos com as cargas gerais e a entrega de veículos.

E os impactos no fluxo de trânsito no Saboó?

Anderson Pomini – Nós vamos unir a construção do início do funcionamento deste terminal com a construção dos dois viadutos ao longo dos próximos 3 a 4 anos, exatamente com o prazo de funcionamento estabelecido no edital, pois de nada adianta a gente crescer ou aumentarmos as áreas de entrega de cargas do Porto sem termos os acessos adequados.

Então, essas descrições estão colocadas.

E a proposta da construção da nova pista dos Imigrantes, com entrega apenas em 2031. O que isso impacta na entrega portuária?

Anderson Pomini – Essa não vai dar para gente 'casar' com o início do funcionamento do STS-10, pois é uma obra muito complexa.

Mas também chega em boa hora.

É claro que o ideal seria que nós tivéssemos projetado tudo isso no passado.

Nós planejamos um porto pensando 20 anos à frente, com o aprofundamento do canal.

A gente recebe a qualquer tempo, independentemente da maré, os grandes navios com 366 metros com carga total.

Além dos perímetros nas margens direita e esquerda, dois viadutos, obras no final da Alemoa projetadas, pista ligando aeroporto com o túnel em Guarujá.



Enfim, obras de infraestrutura para que o Porto atenda ao aumento do transporte de cargas, com perspectiva de aumento da capacidade em 20%.

Mas para isso precisamos de modais preparados.

Hoje, são 60% de transporte pelas rodovias, 30%, ferrovias.

Em 2040, chegaremos a 37 ou 38% pelas ferrovias.

O Ministério dos Portos atento a esse assunto criou a Secretaria de Hidrovias, que é algo que merece atenção pela cabotagem. E quanto ao cronograma do túnel Santos-Guarujá?

Anderson Pomini – Existe um esforço conjunto para que as pessoas antecipem o projeto.

Trata-se de uma obra conjunta que envolve governos federais e estaduais, autoridade portuária, ministério dos Portos, Antaq e TCU – Tribunal de Contas da União.

Estamos estudando um formato jurídico de modelagem para que as pessoas possam progredir.

Se publicarmos o edital pelo Governo do Estado e o Governo do Estado se responsabilizar pelo aporte nos dois primeiros anos, essa possibilidade permite que o projeto seja desenvolvido pelo TCU um pouco mais à frente.

Ganharíamos 5 a 6 meses de formalidade burocrática com essa configuração.

Nesta possibilidade publicaríamos o edital entre fevereiro e março e não em junho ou julho.

Hoje, a configuração é aquela que o ministro anunciou, pois depende da análise prévia no TCU e Antaq. Essa é uma hipótese que estamos estudando.

O que esperar da diretoria dentro das comemorações dos 133 anos do Porto de Santos?

Anderson Pomini – Estamos há quase dois anos à frente da Autoridade Portuária.

Ficamos neste período replanejando o porto.

A gente reuniu todo o quadro dos efetivos com todo apoio da comunidade portuária.

Agora é hora de concretizar.

Então o que a gente pretende para o aniversário do Porto é dar a primeira enxadada do túnel Santos-Guarujá, a publicação do edital do aprofundamento do canal, o início das obras das perimetrais direita e esquerda e, principalmente, a expansão do Porto.

Não estaremos aqui para entregar, mas começaremos a missão será completa. Este é o nosso objetivo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 31/01/2025

AUTORIDADES PORTUÁRIAS DEVERÃO ENVIAR SEMESTRALMENTE INFORMAÇÕES SOBRE DRAGAGEM

Informações: ANTAQ (31 de janeiro de 2025)

Monitoramento contínuo visa evitar emergências e garantir a navegabilidade nos portos

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) determinou, nesta quinta-feira (30), que as autoridades portuárias encaminhem, semestralmente, documentos detalhando o plano de dragagem de seus portos.

O objetivo da medida é garantir maior previsibilidade às operações de manutenção e ao funcionamento dos canais de acesso, beneficiando diretamente a autoridade portuária, o mercado e a sociedade.

“Estima-se que, para cada metro a menos do mínimo contratado, haja uma perda de movimentação de até 700 contêineres por escala”, destacou o diretor relator da matéria, Alber Vasconcelos.

Além disso, o monitoramento contínuo dos contratos reduzirá riscos financeiros e operacionais, evitando situações emergenciais que possam comprometer a navegabilidade.

Novas exigências

As autoridades portuárias deverão encaminhar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais da ANTAQ os seguintes documentos:

- Informações sobre batimetria do canal de navegação e dos berços de atracação;
- Volume dragado no período, tipo de draga utilizada e tempo de mobilização do equipamento;
- Tipo de sedimento dragado e local de descarte;
- Ações futuras e editais de contratação de serviços de dragagem;
- Contratos, aditivos e editais vigentes.

Em casos atípicos, como restrição de calado, a comunicação deve ser feita imediatamente também à ANTAQ.

Essa nova diretriz fortalece a gestão portuária e assegura a eficiência do transporte aquaviário no país.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 31/01/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

NOS PORTOS, UMA FILA DE R\$ 35 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM TERMINAIS DE USO PRIVADO

Por Rennan Setti



Contêiner de comércio exterior — Foto: Plixabay

Os terminais portuários de uso privado (os chamados TUPs) vão movimentar pelo menos R\$ 35,4 bilhões em investimentos no Brasil, entre os autorizados no ano passado e os que ainda aguardam liberação do governo. O número é de levantamento que será divulgado pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), que reúne 35 empresas do setor.

Do total, seis novos contratos de adesão para instalação de TUPs foram assinados no ano passado com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPr). Eles preveem um investimento total de R\$ 5,4 bilhões. Além disso, ainda aguardam autorização do ministério 14 outros terminais, respondendo pelos R\$ 30 bilhões restantes.

Segundo a ATP, receberam autorização em 2024 dois terminais na Região Norte, dois no Nordeste e dois no Sul. Um deles é o TUP de Luís Correa, no Piauí, com investimento previsto de R\$ 2,5 bilhões. O terminal vai operar cargas em granel sólido, granel líquido, contêiner e carga geral.

Entre os 14 projetos que aguardam autorização, 11 são novos TUPs e três são planos de ampliação.

— São investimentos em infraestrutura que geram eficiência nas operações e garantem que as empresas mantenham sua competitividade e explorem novas oportunidades no mercado internacional — explica o presidente da ATP, Murillo Barbosa.

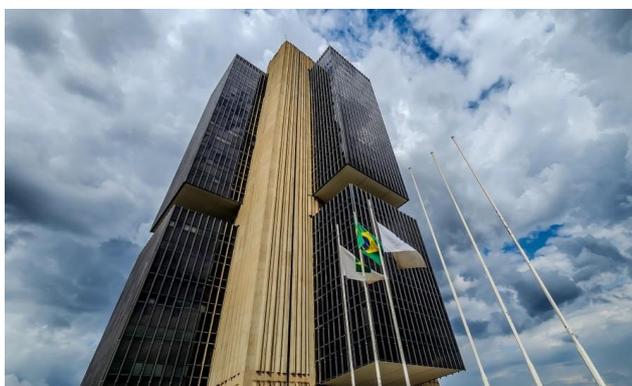
Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/01/2025

CONTAS DO SETOR PÚBLICO TÊM DÉFICIT PRIMÁRIO DE R\$ 47,6 BILHÕES EM 2024

No ano anterior, o resultado foi deficitário em R\$ 249,1 bilhões

Por Bruna Lessa — Brasília



O Banco Central, em Brasília — Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O setor público consolidado do Brasil registrou déficit primário (quando se desconta o pagamento dos juros da dívida) de R\$ 47,6 bilhões, o equivalente a 0,4% do PIB, em 2024, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC) nesta sexta-feira. No ano passado, as contas consolidadas do país registraram déficit de R\$ 249,1 bilhões (2,29% do PIB).

Os dados do setor público consolidado levam em consideração os resultados fiscais de União, estados, municípios e empresas estatais (exceto setor financeiro e Petrobras).

Para o mês de dezembro, as contas públicas apresentaram um superávit primário de R\$ 15,7 bilhões. O valor é maior do que o registrado no mesmo mês de 2023, que teve déficit primário de R\$ 129,6 bilhões.

De acordo com o BC, em dezembro, o governo federal e as empresas estatais registram superávit de R\$ 26,7 bilhões e R\$ 1 bilhão, respectivamente, enquanto estados e municípios registraram um déficit de R\$ 12 bilhões.

O resultado acontece em meio a um recorde de arrecadação do governo federal. Na última terça-feira, a Receita Federal anunciou que a arrecadação atingiu R\$ 2,65 trilhões em 2024, uma alta de 9,62% em relação ao mesmo período de 2023, já descontada a inflação.

Dívida bruta

O BC também divulgou o número da dívida bruta do Brasil em 2024, que atingiu 76,1% do PIB, um crescimento de 2,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

O cálculo leva em conta o governo federal, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e governo estaduais e municipais. Este é um dos principais indicadores econômicos observados por investidores na avaliação da saúde das contas públicas.

Dívida líquida

Já a dívida líquida, que desconsidera os ativos do governo, atingiu 61,1% do PIB no acumulado do ano, uma elevação de 0,7 ponto percentual.

Governo cumpre meta fiscal

O Ministério da Fazenda divulgou nesta quinta-feira que as contas do governo federal fecharam 2024 com um déficit de R\$ 11 bilhões, sem considerar as despesas com a ajuda ao Rio Grande do Sul. O resultado está dentro da meta fiscal estabelecida.

Incluindo os gastos com o estado, o déficit totalizou R\$ 43 bilhões, equivalente a 0,36% do PIB. Ainda assim, o desempenho representa uma melhora em relação ao déficit de R\$ 230 bilhões registrado no ano anterior.

Como as despesas emergenciais com o Rio Grande do Sul são excluídas do cálculo da meta fiscal, o resultado final considerado ficou em R\$ 11 bilhões, ou 0,09% do PIB.

A meta do governo é alcançar déficit zero, equilibrando receitas e despesas. No entanto, o arcabouço fiscal permite um déficit de até 0,25% do PIB, o que corresponderia a R\$ 28,8 bilhões.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/01/2025

HADDAD DIZ QUE JUROS ALTOS VÃO DESACELERAR A ECONOMIA EM 2025: 'CONTRAPRODUCENTE'

Ministro disse que país deve crescer em torno de 2,5% neste ano

Por Bernardo Lima — Brasília



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fala com a imprensa após reunião com o Presidente Lula no Palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quinta-feira que o crescimento do país neste ano será menor por causa do patamar elevado da taxa básica de juros, a Selic.

Em entrevista à RedeTV, Haddad disse que os juros em um “patamar restritivo” vão prejudicar a atividade econômica.

— A taxa de juros no Brasil já está no patamar restritivo, já está no patamar que desacelera a economia. Nós estamos prevendo este ano uma redução do crescimento da atividade econômica de 3,5% para algo em torno de 2,5%, justamente para acomodar as pressões inflacionárias — disse.

Ao ser questionado sobre uma eventual revisão da projeção do PIB para 2%, Haddad negou a possibilidade.

— Eu não quero revisar para 2%, porque eu acredito que temos espaço para crescer 2,5%, reduzindo a inflação.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a Selic para 13,25% nesta quarta-feira na primeira reunião comandada pelo novo presidente Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo.

Na entrevista, Haddad reconheceu que o cenário para a economia no ano que vem é mais desafiador do que o enfrentado em 2024, principalmente diante de uma política monetária que pode ser “contraproducente”, segundo o ministro.



— O presidente Lula tem consciência que muitas vezes você tem que fazer um ajuste de rota, e que esse semestre vai ser mais difícil do que os anos anteriores. Mas o que eu reafirmo é o seguinte: se você já está com uma taxa muito restritiva, às vezes o remédio em excesso é contraproducente. Todo remédio tem a dose certa

Medidas de corte

Questionado sobre as incertezas acerca da condução da política fiscal, Haddad afirmou que o governo apresentou medidas para adequar as despesas às regras do arcabouço fiscal. Segundo ele, a equipe econômica continua a trabalhar com políticas pontuais para conter o crescimento dos gastos.

— Estamos trabalhando continuamente em medidas que podem e serão levadas ao presidente da República, como rotina, nós faremos isso como rotina, nós temos até uma secretaria de acompanhamento de políticas públicas para ir corrigindo essas distorções — afirmou.

Por outro lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira que não há nova medida fiscal prevista para 2025.

— Não tem outra medida fiscal. Caso se apresente durante o ano a necessidade de fazer alguma coisa, vamos sentar e definir. Mas, se depender de mim, não tem outra medida fiscal nesse país — disse Lula, que defendeu o ministro Fernando Haddad (Fazenda) das críticas feitas pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab.

Inflação

A inflação de alimentos está entre as prioridades do governo e da área econômica neste início de ano. Na entrevista, Haddad deu coro às declarações que líderes do governo fizeram nas últimas semanas, e afirmou que o preço dos produtos deve se estabilizar em função de uma safra recorde e queda do preço do dólar.

— Imaginamos que, este ano, em função da safra que vai vir muito boa [...] e com uma acomodação do dólar em patamar mais baixo, os preços dos alimentos tendem a se acomodar, ainda que em um patamar elevado

Trump

O ministro da Fazenda também afirmou que os Estados Unidos não terá ganhos econômicos sobretaxando os produtos brasileiros.

— Qual seria o ganho dos Estados Unidos em sobretaxar produtos brasileiros? Não faz o menor sentido, é uma balança equilibrada entre os dois países.

Presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump tem declarado nas últimas semanas que o Brasil está entre os países que poderiam ter seus produtos sobretaxados.

Haddad pregou que ainda é necessário esperar para ver se as medidas serão efetivamente colocadas em prática pelo governo americano.

— Se ele sobretaxar um país no qual ele importa muito, pode favorecer o Brasil, inclusive, a exportar mais para os Estados Unidos, mas não sabemos ainda qual será essa política comercial

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/01/2025

PRESIDENTE DOS CORREIOS ATRIBUI ROMBO NA EMPRESA A 'TENTATIVA DE PRIVATIZAÇÃO' E DIZ QUE LULA O COBROU A DAR LUCRO

Questionado sobre sua permanência no cargo, Fabiano Silva respondeu que a decisão cabe ao petista

Por Karolini Bandeira e Thaís Barcellos — Brasília



As provas do concurso dos Correios tiveram comparecimento de 59,85% dos quase 1,7 milhão de inscritos na seleção — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente dos Correios, Fabiano Silva, atribuiu nesta sexta-feira o déficit de R\$ 3,2 bilhões registrado no ano passado pela estatal à tentativa de privatização da empresa sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Os Correios são uma das principais razões para o aumento do déficit das estatais em 2024, segundo dados do

Ministério da Gestão e Inovação (MGI).

Silva argumentou que os números não são finais, e que os dados referentes a lucros e prejuízos das estatais serão divulgados entre março e abril. Ele afirma que o déficit vem, sobretudo, da taxaço das compras internacionais e dos precatórios (pagamento de dívidas expedidas após condenação judicial).

— Os resultados ainda não são os finais, tem números que podem ser melhores, com um desempenho melhor. Era uma empresa que estava para ser privatizada e isso traz efeitos importantes para a empresa [...] Quando uma empresa é sucateada como ela foi para ser vendida, temos um trabalho grande para recuperar a empresa — disse em entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

Fabiano Silva e a ministra da Gestão e Inovação de Serviços Públicos, Esther Dweck, se reuniram nesta sexta-feira com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, para discutir a situação financeira da estatal. O resultado dos Correios representa 50% do déficit total de 20 estatais federais, de R\$ 6,3 bilhões. O número exclui grandes empresas, como Petrobras e Banco do Brasil, e não considera as exceções previstas no orçamento.

— Estamos trabalhando para ter em um curto espaço de tempo um resultado lucrativo. Isso foi o que o presidente nos cobrou — afirmou o presidente dos Correios.

Durante seu governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro reafirmou em diversas ocasiões que tinha a intenção de privatizar os Correios. Ao final de seu mandato, em agosto de 2022, Bolsonaro chegou a dizer que a venda da estatal de correspondências estaria "na reta".

Na quinta-feira, o Ministério de Gestão e Inovação afirmou que a situação financeira dos Correios "demanda atenção" do governo, que já vem debatendo alternativas para garantir a sustentabilidade da empresa.

Questionado sobre sua permanência no cargo, Silva afirmou que cabe a Lula decidir:

— Isso é algo que compete ao presidente e estou à disposição.

Além do processo de privatização, Fabiano diz que outros fatores como a volta da cobrança da "taxa das blusinhas" e o pagamento de ações perdidas na Justiça também impactaram negativamente o caixa da empresa.

Rombo de R\$ 3,2 bi

Em 2024 até novembro, o BC registrou um déficit primário de R\$ 6 bilhões das empresas públicas federais, um recorde na série histórica, iniciada em dezembro de 2001. O dado considera apenas as estatais que não dependem do Tesouro Nacional, descontando ainda Petrobras, Eletrobras e as estatais financeiras.

O Ministério da Gestão faz a contabilidade com uma metodologia diferente, mas usando os dados das empresas consideradas pelo BC chega ao resultado deficitário de R\$ 6,3 bilhões em 2024. Esse número é comparado a um déficit de apenas R\$ 38 milhões em 2023 e a um superávit de R\$ 1,9 bilhão no último ano do governo de Jair Bolsonaro.

A Gestão exclui da conta os investimentos com o PAC (R\$ 1,9 bilhão) e o resultado da estatal de energia nuclear (ENBPar), que teve um déficit de R\$ 463 milhões, conforme autorização da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Assim, o resultado das estatais independentes chega a déficit de R\$ 4,04 bilhões no ano passado, contra R\$ 7,3 bilhões autorizado pelo LDO. Só o rombo dos Correios no ano passado foi de R\$ 3,2 bilhões. Em 2023, o déficit foi de R\$ 440 milhões, enquanto em 2022 houve superávit de R\$ 186 milhões.

Além disso, a empresa teve prejuízo de R\$ 2,1 bilhões em 2024 até setembro, último dado disponível. Essa é a métrica mais adequada para avaliar o desempenho de empresas.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 31/01/2025*

'INFLAÇÃO DE ALIMENTOS, NORMALMENTE, É UM CHOQUE TRANSITÓRIO, SOBE E DESCE', ALTERAR TARIFAS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NÃO É SOLUÇÃO , DIZ ESPECIALISTA

Por Luciana Casemiro



Para Felipe Segati, da FGV Agro, ainda é cedo para falar da trajetória de inflação de alimentos — Foto: Pixabay

Mexer em tarifas de exportação e importação é uma das estratégias que estão sendo analisadas pelo governo para reduzir a inflação de alimentos, disse o ministro Fernando Haddad, em entrevista na noite desta quinta-feira à Rede TV. Na avaliação do professor Felipe Serigati, da FGV Agro, a medida é pouco efetiva para reduzir a pressão dos preços dos alimentos.

- Vai baixar a tarifa de importação da carne, mas vai pegar o boi onde? A alta da carne não é um fenômeno só do Brasil, tem um ciclo pecuário, e há pouco a se fazer em relação a isso. O preço do milho é praticado em paridade com o internacional, isso significa que o grande impacto é o câmbio. Fora isso, não se pode garantir que o benefício chegaria ao preço do consumidor final. De outro lado, se o governo optar por aumentar a tarifa de exportação, isso é o que foi feito pela Argentina e não deu resultado, como estamos vendo. A inflação de alimentos, normalmente, é um choque transitório, sobe e desce, por isso não incomoda o Banco Central que está muito mais preocupado com a inflação de serviços. O governo não deveria ter politizado esse tema, agora tem um abacaxi no colo - pondera o especialista.

Na avaliação de Serigati, o mais eficiente para conter a inflação a médio prazo seria o governo fortalecer o seguro rural:

- Estamos em plena mudança climática, as quebras de safra tendem a ser mais frequentes. Quando isso acontecer, o seguro rural pode garantir que o agricultor, que será prejudicado naquela safra,

tenha recursos para a próxima, não contaminando o ciclo seguinte, o que garantirá a oferta de alimentos.

As perspectivas para a inflação de alimentos, diz Serigati ainda são incertas.

- O balanço de riscos ainda é muito alto. Quando a gente fala de alimentos, não estamos falando de uma unidade homogênea. Proteína animal não vai ficar mais barata, por conta do momento do ciclo pecuário. Café também não. Teremos uma super safra de grãos, arroz também vai ter boa safra, feijão... Mas quando se fala em safra, estamos falando de uma indústria a céu aberto, sempre há risco, estamos num momento de mudanças climáticas e , ainda tem o efeito do câmbio e Donald Trump é uma incógnita. Não se sabe, por exemplo, se as tarifas impostas ao Canadá e ao México serão mantidas ou apenas são uma forma de negociação. De qualquer forma, Brasil deve se preparar para as oportunidades que vão surgir para entrar em mercados de países que venham a retaliar a política tarifária do governo Trump - avalia o especialista.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 31/01/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MÚCIO QUER DEIXAR PEC DOS MILITARES COMO LEGADO, MAS PROPOSTA ENFRENTA RESISTÊNCIA NO PLANALTO

Ministro da Defesa diz que esta é a época ideal para a aprovação, já que 2026 será ano eleitoral, e vê iniciativa como 'ação de purificação' nos quartéis; Casa Civil teme contaminação com atual momento político

Por Vera Rosa e Guilherme Caetano

BRASÍLIA – O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, quer deixar como legado, antes de sair do governo, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impede a candidatura de militares da ativa a cargos políticos. O avanço da proposta, porém, enfrenta resistências no próprio governo.

Múcio pediu apoio político ao texto, que ficou conhecido como PEC dos militares na política, durante a primeira reunião ministerial do ano, no último dia 20. Argumentou que países como Estados Unidos, Chile, Portugal, França e Inglaterra já adotam o modelo e disse que esta é a época ideal para a iniciativa ser aprovada, uma vez que 2026 é ano eleitoral.

Na avaliação do ministro, a trava estabelecida na PEC para que militares disputem cargos eletivos – a não ser que passem para a reserva – também serve como antídoto para evitar novos atos golpistas. “É uma ação de purificação”, define Múcio.



O presidente Lula, o comandante do Exército, Tomás Paiva, e o ministro da Defesa, José Múcio: PEC dos militares na política recebeu aval das Forças, mas naufragou no Senado. Foto: WILTON JUNIOR

A Casa Civil, no entanto, tem resistências à proposta, que está parada no Senado desde o ano passado. Um dos “senões” apresentados é o temor de policiais militares de que a PEC provoque efeito dominó, estendendo a proibição das candidaturas de integrantes das Forças Armadas à

categoria.

A oposição dos PMs contribuiu para barrar o projeto num momento em que o governo tem outra batalha pela frente: a PEC da Segurança Pública, que atinge as polícias nos Estados e conta com divergência de governadores.

O Palácio do Planalto também teme que essa discussão seja “contaminada” pelo julgamento que ocorrerá no Supremo Tribunal Federal (STF), ainda neste ano, do ex-presidente Jair Bolsonaro e de outros indicados pela Polícia Federal no inquérito que apurou a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Na lista está o general Braga Netto, o primeiro quatro estrelas preso na era democrática do Brasil.

Em dezembro, mês da prisão de Braga Netto, Múcio pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para deixar o governo, por motivos pessoais. Alegou que, aos 76 anos, a família cobra a diminuição do seu ritmo de trabalho. Mas nunca quis sair na leva da reforma ministerial que o presidente pretende fazer até março.

Wagner diz que Múcio ficará no cargo até fim do ano

Ex-ministro da Defesa, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que Lula convenceu Múcio a ficar no cargo até o fim deste ano. O receio do chefe do Executivo é que a saída do auxiliar, com bom trânsito no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, provoque turbulência nas Forças Armadas.

Além disso, Lula enfrenta dificuldades para encontrar um nome que possa substituir o titular da Defesa. Chegaram ao Planalto informações de que militares não querem nenhum político no comando da pasta, nem mesmo o vice-presidente Geraldo Alckmin. Preferem um diplomata.

A hashtag “Fica Múcio”, aliás, marcou a confraternização de fim de ano no Ministério da Defesa. Apesar da afirmação de Wagner sobre a permanência de Múcio, ele próprio não fala sobre o assunto e apenas sorri. “Meu futuro depende do meu chefe”, repete o ministro para todos que lhe perguntam sobre seu destino.

No ano passado, representantes de PMs procuraram líderes do governo para pedir que a PEC dos militares não fosse adiante. Tiveram sucesso na empreitada. O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), vice-presidente no governo Bolsonaro, também foi um dos mais enfáticos críticos da PEC.

“Essa proposta busca cercear o direito do militar de concorrer a um cargo eletivo ao obrigar aquele que possui menos de 35 anos de serviço a passar para a reserva não remunerada. Na prática, coloca o militar como cidadão de segunda categoria”, reclamou o general, que também se queixou da inclusão das Forças Armadas no pacote do corte de gastos.

O protesto de Mourão era esperado, mas a falta de empenho do Planalto para a tramitação da PEC aborreceu Múcio. A proposta foi concebida após muitas negociações, com aval dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para ser uma resposta concreta à politização das tropas.

Na última década, o número de candidaturas de profissionais ligados às forças de segurança disparou. Entre 2010 e 2022, em quatro eleições federais seguidas, a quantidade de militares reformados que entraram nas disputas pulou de 172 (0,76% de todas as candidaturas) para 255 (0,87%), segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Integrantes das Forças Armadas que se candidataram passaram de 60 (0,22%) para 63 (0,22%), após um pico de 91 (0,31%) em 2018; policiais civis, de 141 (0,63%) para 186 (0,64%); e policiais militares, de 473 (2,10%) para 835 (2,85%).

Em conversas reservadas, oficiais afirmam que o governo e a esquerda apelam para forte retórica contra os militares, mas, quando há uma solução à mesa, como no caso da PEC, não trabalham para que o projeto saia do papel.

Candidaturas ligadas a caserna e forças de segurança têm 'boom' nos últimos anos

Dados da ocupação de candidatos registrados na Justiça Eleitoral mostra aumento na maioria dos segmentos dessa categoria

Selecione a categoria

Militar reformado Membro das Forças Armadas Policial Civil Policial Militar

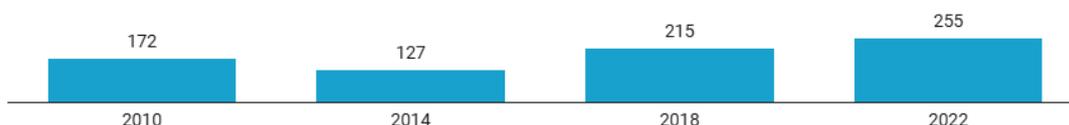


Gráfico: Editoria de Infografia Multimídia • Fonte: Dados do TSE • Obter dados

Há na caserna uma insatisfação com a abordagem dada pelo governo ao 8 de janeiro de 2023, quando aliados de Jair Bolsonaro (PL) atacaram as sedes dos três Poderes, na esteira da derrota eleitoral do então presidente. A data se tornou uma espécie de efeméride da defesa da democracia e a cada ano o Planalto promove uma cerimônia para lembrar a tentativa de golpe.

Na avaliação de Múcio e de comandantes militares, é preciso separar a instituição Forças Armadas do CPF daqueles que cometeram crimes. É por isso que, mesmo antes do envio da PEC que proíbe a candidatura de oficiais da ativa, o comandante do Exército, Tomás Paiva, já dizia que a política deve ficar fora dos quartéis. “Se o camarada quer ser político, que mude de profissão”, afirmou o general.

Para o cientista político Paulo Cunha, a PEC é positiva ao disciplinar candidaturas de militares, mas peca ao “afastá-los da política”. No seu diagnóstico, o foco deveria estar em coibir a partidarização das Forças Armadas.

Cunha lembrou que Bolsonaro chegou a fazer campanha dentro dos quartéis, enquanto outros candidatos não tiveram a mesma deferência. Já o general Eduardo Pazuello (PL), ex-ministro da Saúde e hoje deputado federal, subiu em um palanque e não foi punido.

“Os militares nunca foram sozinhos para a política”, observou Cunha, que é professor de Teoria Política da Unesp e autor do livro Militares e militantes. “Setores civis sempre estiveram à frente dos quartéis pedindo um golpe de Estado. O que temos de mudar é a relação de diálogo entre os militares e a sociedade, para que os civis passem a entender qual é o papel das Forças Armadas.”

Eduardo Heleno de Jesus Santos, professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), disse, por sua vez, que a PEC dos militares é bem-vinda, mas não pode ser a única iniciativa para combater a politização dos quartéis.

Santos defendeu maior disciplina na presença de militares nas redes sociais e criticou o uso de postos e patentes concedidos durante o período na caserna como identidade de campanha. Para ele, militares que seguem carreira política não podem mais usar a farda.

“A questão aqui não é a negação ao direito de representação. Temos na história brasileira, nos mais variados espectros políticos, militares que se tornaram parlamentares, alguns até fundaram partidos”,

constatou o professor. “Entendo que o militar com pendor para a atividade político-partidária possa fazer essa escolha, desde que respeite uma espécie de moratória para se candidatar, e leve em consideração a transferência para a reserva, já que se trata de um assunto particular.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/01/2025

ESTADOS BATEM RECORDES DE ARRECADAÇÃO ENQUANTO AUMENTAM IMPOSTO SOBRE OS COMBUSTÍVEIS

Aquecimento da economia e do consumo das famílias impulsionou receitas estaduais em 2024, dizem especialistas

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA – O aumento no preço dos combustíveis ocorre no momento em que os Estados batem recordes de arrecadação, puxada principalmente pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo estadual cobrado sobre itens que incluem a gasolina e o diesel.

A partir deste sábado, 1º, o ICMS terá um aumento de R\$ 0,10 por litro de gasolina e de R\$ 0,06 por litro no diesel. O reajuste foi decidido em outubro passado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os Estados. Pela frente, há possibilidade também de reajuste pela Petrobras, em função da defasagem com os preços internacionais.



A partir de sábado, 1º, o ICMS terá um aumento de R\$ 0,10 por litro de gasolina e de R\$ 0,06 por litro no diesel Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Em São Paulo, a arrecadação de impostos estaduais, em 2024, totalizou R\$ 269,8 bilhões, o maior valor da história e uma alta de 13,5% em relação ao ano anterior. Só o ICMS somou R\$ 218,7 bilhões, uma alta de 12,9%. Os preços administrados, que incluem combustíveis, energia elétrica e comunicação, representaram um crescimento de 19% na arrecadação do

Estado.

O Rio Grande do Sul também bateu recorde na arrecadação apesar da calamidade que atingiu o Estado em 2024 com enchentes. O Estado gaúcho arrecadou no ano passado R\$ 58,7 bilhões em tributos estaduais, uma alta de 12,79% em relação a 2023 – só com combustíveis, o aumento foi de 35%. As receitas do ICMS somaram R\$ 50,8 bilhões ao longo de 2024.

“O crescimento do consumo das famílias vem surpreendendo e, nos últimos dois anos, cresceu acima do que a maioria dos economistas projetavam. Estamos tendo um crescimento liderado por consumo, e o ICMS é um tributo que incide principalmente sobre o consumo das famílias”, afirma o economista Robson Gonçalves, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e consultor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre).

“De outro lado, tem a inflação. Pelo menos metade do crescimento do ICMS é inflação. Isso reforça o caixa dos Estados, mas representa uma perda do poder aquisitivo para a população”, diz o especialista.

A Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta aumento de 7,1% nas receitas do comércio varejista ampliado em 12 meses até novembro, período do dado mais recente, o que demonstra uma atividade aquecida e que reflete no imposto.

Receita tributária total - São Paulo

Em bilhões R\$

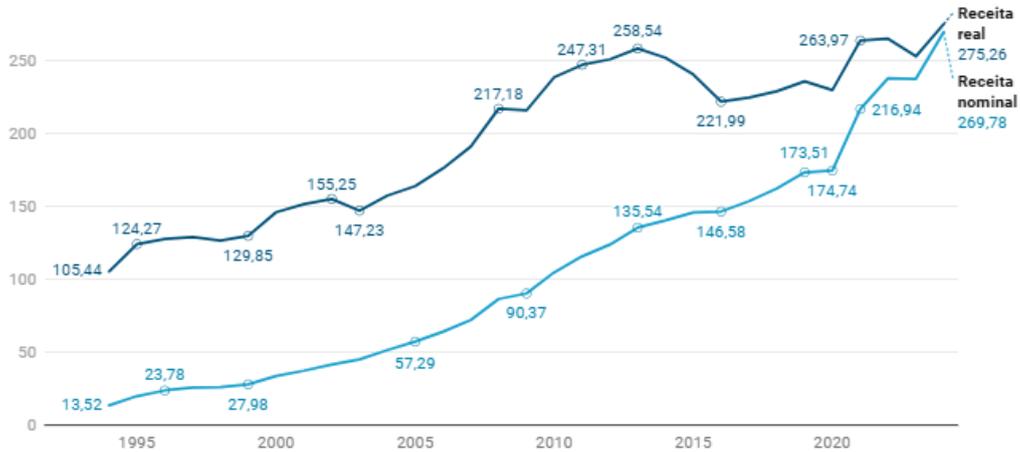


Gráfico: Infográfico Estadão • Fonte: Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo • [Obter dados](#)

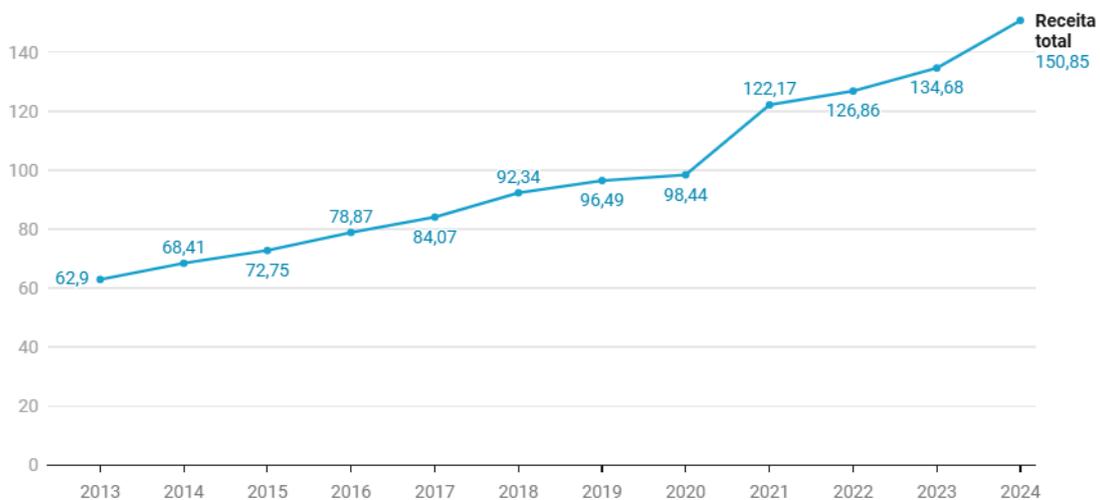
Para o especialista, o aumento do ICMS sobre os combustíveis não deve gerar tantos impactos na inflação, que afeta o bolso do consumidor, mas é uma medida que favorece a arrecadação dos Estados. “É uma mordida pequena no bolso de cada contribuinte e uma mordida grande para o Fisco dos Estados”, diz Gonçalves.

Entre os seis Estados que já divulgaram dados consolidados sobre 2024 para o Confaz (Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins), a arrecadação em 2024 somou R\$ 150,9 bilhões, uma alta de 12,86% em relação ao ano anterior.

Considerando só o ICMS, as receitas desses Estados foram de R\$ 129 bilhões, um aumento de 12%. Quando são separados apenas os números da arrecadação com combustíveis e lubrificantes, o valor é de R\$ 27,3 bilhões, uma alta de 22%, bem acima da inflação, que foi de 4,83%.

Arrecadação de tributos estaduais - Estados selecionados

Em bilhões R\$



Estados com dados consolidados: Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe, Tocantins

Gráfico: Infográfico Estadão • Fonte: Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais e do Distrito Federal/Confaz/MF • [Obter dados](#)

No governo Bolsonaro, houve uma lei que limitou a cobrança do ICMS e implementou uma desoneração sobre os combustíveis para baixar o preço do produto em período eleitoral. A medida foi fortemente criticada pelos governadores. A regra foi revogada no governo Lula, e agora os Estados tentam recuperar a arrecadação que deixaram de receber.

“No governo anterior, houve uma queda de braço entre o governo federal e os governos estaduais. O combustível, como é mais difícil substituir o produto e não tem tantas alternativas (para o consumidor), sempre acaba sendo alvo. É fácil de aplicar o imposto e fácil de cobrar”, afirma o economista Helcio Tokeshi, ex-secretário de Fazenda de São Paulo.

O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) afirmou que a nova alta do ICMS sobre os combustíveis reflete o aumento de preços, pois “a tributação é diretamente proporcional aos preços do mercado, acompanhando os valores médios nacionais pagos pelo consumidor final.”

“A sistemática de cobrança do ICMS sobre o combustível serve para beneficiar o contribuinte e a economia e dar maior estabilidade para o segmento, mas existe hoje um movimento de cerco maior do Fisco e pressão em cima dos contribuintes, com um interesse em aumentar a arrecadação por meio de revisão de benefícios e aumento de alíquotas”, comenta o advogado João Henrique Nobrega, especialista em Direito Tributário.

Daqui para frente, os especialistas dizem que a economia não estará tão aquecida assim, o que coloca em dúvida se o crescimento da arrecadação dos Estados é sustentável. “A perspectiva é de desaceleração da economia, um choque da taxa de juros, com um crescimento mais lento na criação de empregos e no consumo das famílias”, diz o economista da FGV Robson Gonçalves.

Além disso, a alta dos impostos tende a não se repetir em 2026, ano de eleição, em função da dificuldade política de se cobrar mais tributos da população. “Uma atividade econômica muito forte reduz o desemprego, aumenta a massa salarial e as pessoas passam a consumir mais. O grande ‘x’ da questão é saber se isso tem fôlego”, diz o economista Newton Marques, membro do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/01/2025

O QUE O BRASIL MAIS EXPORTA PARA OS ESTADOS UNIDOS?

Envios para os Estados Unidos somaram US\$ 40,33 bilhões em 2024; um quarto de tudo que foi exportado para o país foi minério de ferro; confira o ranking

Por Clayton Freitas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva respondeu nesta quinta-feira, 30, às ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a imposição de tarifas aos produtos brasileiros, afirmando que o Brasil adotará medidas de reciprocidade caso isso ocorra. “Se ele taxar os produtos brasileiros, haverá reciprocidade do Brasil em taxar os produtos que são importados dos Estados Unidos. Não há nenhuma dificuldade”, disse Lula. No discurso, o presidente brasileiro disse que sua intenção é melhorar as relações entre os dois países, apesar das declarações de Trump. O presidente norte-americano havia citado o Brasil como um dos países que cobram muitas tarifas e que querem “prejudicar” os EUA.



Os dados de 2024 da balança comercial brasileira indicam que o País importa mais do que exporta para os Estados Unidos. De janeiro a dezembro de 2024, as exportações para os EUA cresceram 9,2% e atingiram US\$ 40,33 bilhões, recorde histórico. No mesmo período, as importações avançaram 6,9% e totalizaram US\$ 40,58 bilhões, num déficit de US\$ 0,25 bilhões, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Envios para os Estados Unidos somaram US\$ 40,33 bilhões em 2024; um quarto de tudo que foi exportado para o país foi



minério de ferro Foto: Clayton de Souza/Estadão

Dados tabulados pelo Monitor do Comércio Brasil-EUA da Amcham Brasil apontam que o volume exportado também alcançou níveis inéditos, com 40,7 milhões de toneladas, representando um aumento de 9,9% sobre 2023. Os Estados Unidos são o segundo na balança comercial do Brasil quando o assunto são exportações, respondendo por 14,95% do total, ficando atrás da China, com 21,10%. Confira abaixo quais são os produtos mais enviados pelo Brasil para os Estados Unidos.

1. Minério de ferro: 25,3%;
2. Óleo de petróleo ou minerais betuminosos: 19,07%;
3. Soja: 11,52%;
4. Carne: 10,6%;
5. Celulose: 9,15%

Comércio bilateral

Segundo a análise da Amcham, o destaque no comércio bilateral entre os países foi o desempenho da indústria brasileira, que registrou recorde de US\$ 31,6 bilhões em vendas para os Estados Unidos, numa alta de 5,8% frente a 2023.

No caso específico da indústria da transformação, ela representou 78,3% de todas as exportações brasileiras para os EUA. Com isso, os Estados Unidos são o principal destino das vendas da indústria brasileira, muito à frente da União Europeia (US\$ 22,4 bilhões) e do Mercosul, com uma fatia de US\$ 18,8 bilhões.

Se analisado apenas o desempenho de vendas para os Estados Unidos em relação à média do resto do mundo, elas foram superiores. No caso da agropecuária, por exemplo, houve avanço de 36,9%, enquanto para o resto do mundo cresceu 11%.

Importações

O mesmo balanço comercial da Secex indica que os produtos que o Brasil mais compra dos Estados Unidos são os seguintes:

1. Válvulas, tubos, transistores e outros; 7,13% do total;
2. Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios: 5,36%;
3. Veículos: 5,06%;
4. Compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais, e sulfonamidas: 4,17%;
5. Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes: 3,22%.

Ainda segundo a análise da Amacham Brasil, o resultado de importações do Brasil de produtos dos Estados Unidos representaram o segundo maior volume da história, atrás apenas dos US\$ 51,3 bilhões de 2022.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 31/01/2025*

ESTADOS DO NORTE CORREM PARA AVANÇAR EM PROJETOS DE CARBONO E APRESENTÁ-LOS A INVESTIDORES NA COP

Ministério Público Federal no Pará e no Amazonas, porém, questionam como projetos estão sendo desenvolvidos

Por Luciana Dyniewicz

A menos de dez meses para a COP-30, Estados da região Norte do País correm para avançar com seus projetos de crédito de carbono e chegar a Belém com propostas concretas para mostrar a investidores. Alguns deles já assinaram contratos de preferência de venda desses créditos, mas

ainda precisam ter a anuência de populações tradicionais para tirar os projetos do papel – o que poderá não ser fácil.

Setores público e privado estão alinhados com a estratégia de aproveitar a COP para mostrar ao mundo que o Brasil é um país com capacidade para oferecer soluções para que terceiros possam atingir as metas de redução das emissões. E os créditos de carbono serão uma dessas soluções que se buscará apresentar na ocasião.

No fim do ano passado, o Pará já anunciou a assinatura de um acordo no valor de US\$ 75 milhões (R\$ 443 milhões) para vender créditos de carbono gerados pela redução do desmatamento que deve ocorrer no Estado entre 2023 e 2026. Foram negociados 5 milhões de créditos (cada um correspondente a uma tonelada de carbono não emitida), sendo que cada crédito foi avaliado em US\$ 15. Há a possibilidade de mais 7 milhões de créditos serem transacionados, o que faria com que o negócio alcançasse a cifra de US\$ 180 milhões (R\$ 1 bilhão), no que foi anunciado como o maior acordo de venda de crédito de carbono já realizada no Brasil.

O acordo foi fechado com a Emergent, coordenadora da Coalizão LEAF, uma iniciativa pública e privada internacional que inclui grandes corporações e os governos da Noruega, do Reino Unido, dos Estados Unidos e da Coreia do Sul. Entre os compradores da Coalizão, por sua vez, estão empresas como Amazon, Bayer, H&M, BCG, Capgemini e Fundação Walmart.

O contrato considera uma linha de corte de emissões de 234 milhões de toneladas de carbono por ano. O número é a média das emissões paraenses entre 2018 e 2022. Se o Estado emitir menos que isso por ano, ele gera créditos – o que já teria ocorrido em 2023 e 2024, segundo o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Raul Protázio Romão.

O projeto de crédito do Pará é do tipo jurisdicional, ou seja, ele considera a redução das emissões de todo o Estado. Assim, se uma determinada comunidade tradicional decidir desenvolver um projeto próprio, ela terá sua redução de emissões excluída do projeto do Estado.

O governo de Helder Barbalho (MDB) já criou uma sociedade de economia mista para transacionar os créditos de carbono e está trabalhando no anteprojeto de lei que dará sustentação legal para seu sistema de venda. A intenção agora é realizar as consultas prévias, livres e informadas com a população em geral, mas sobretudo com comunidades tradicionais afetadas diretamente.



Vista aérea da Amazônia no Pará; Estado trabalha em projeto jurisdicional de crédito de carbono Foto: Daniel Teixeira/Estadão

“Se as populações não quiserem esse sistema, tudo bem. Não teremos nenhuma penalidade por isso. Só não teremos o crédito que seria gerado nesse território”, diz Romão.

Segundo o secretário, o projeto jurisdicional do Pará é uma tentativa de conseguir financiamento para proteger a floresta. “Os entes nacionais e o próprio Brasil precisam encontrar caminhos de

financiamento (para manter a Amazônia em pé). Ainda não temos isso hoje. Quando chega a época das queimadas ou quando o desmatamento aumenta, as estruturas de Estado não estão preparadas para o tamanho do desafio.”

A intenção de Romão é, até a COP, ter a base jurídica do sistema jurisdicional concluída, realizar as audiências públicas, entregar os primeiros créditos de carbono e receber os recursos. “Queremos concluir a transação até lá.”

O desafio, no entanto, é grande. Em dezembro do ano passado, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) emitiram uma recomendação à Secretaria de Meio Ambiente na qual apontaram vários problemas no modo como o projeto vem sendo desenvolvido. Os órgãos citavam a falta de realização de consulta prévia aos povos tradicionais e a proposta do governo paraense para repartir parte dos recursos provenientes da venda dos créditos de forma igualitária entre o pequeno produtor e os médios e grandes proprietários de terra.

O MPF e o MPPA também apontaram que a inclusão de áreas federais no projeto levanta dúvidas sobre o respeito à autonomia e aos direitos dos povos tradicionais que ocupam esses territórios. Ainda criticaram o Estado por veicular a notícia de que a venda de R\$ 1 bilhão havia sido fechada e destacaram se tratar de uma sinalização de interesse de compra.

De acordo com o governo do Pará, as consultas serão iniciadas em fevereiro.

Amazonas terceirizou exploração em unidades de conservação

No Amazonas, a situação não difere muito da do Pará. Apesar de o modelo de projeto de carbono ser distinto, ele também tem sido criticado pelo MPF.

O governo de Wilson Lima (União Brasil) terceirizou a exploração de projetos em 21 unidades de conservação do Estado, em uma iniciativa iniciada em junho de 2023. Foram selecionadas para tocar os projetos as empresas Carbonext, BrCarbon, EcoSecurities, Future Carbon e Permian Brasil. De acordo com os contratos, essas companhias ficarão com 15% do valor de venda dos créditos, enquanto o Estado, com 85% – desse montante, metade deve ir para as comunidades.

O secretário de Meio Ambiente, Eduardo Taveira, afirma que os recursos gerados pelos créditos são essenciais para que o Estado consiga manter a floresta em pé. “Vai ser muito complicado manter as metas de redução de desmatamento se os projetos não rodarem. A gente fica sem uma capacidade inclusive de caixa para poder estruturar o sistema de monitoramento”, diz.

Segundo Taveira, a meta é realizar as audiências públicas sobre o assunto até junho e aplicar as novas metodologias da Verra (certificadora de créditos) já no desenvolvimento dos projetos. “Queremos levar os projetos para a COP com todos os arranjos já aprovados”, afirma o secretário. “Seria muito bom conseguir levar algum resultado, a concretização já de uma venda. Mas não acho que isso será possível. Também não estamos com pressa. Queremos primeiro acertar o mecanismo.”

Em novembro, no entanto, o MPF ajuizou uma ação civil pública pedindo para a Justiça suspender os projetos. Isso porque comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas das unidades de conservação não foram consultadas sobre o assunto, conforme determina convenção da Organização Internacional do Trabalho.

“A maioria dos povos não tem noção do que se trata um crédito de carbono, como é criado, usado e quais são as consequências. Do jeito que o governo está fazendo, as populações vão meio que homologar ou não os projetos. Não é assim que se faz uma consulta”, diz o procurador Fernando Merloto, responsável pela ação.

Questionado sobre o tema, o secretário do Amazonas disse que continuará desenvolvendo o projeto conforme a legislação do Amazonas e que o Estado se defenderá na Justiça.

Tocantins também desenvolve projeto jurisdicional

Pioneiro na área, o Tocantins trabalha em um projeto jurisdicional. De acordo com o secretário do Meio Ambiente, Marcello Lellis, a intenção do governo de Wanderlei Barbosa (Republicanos) é chegar à COP com o projeto certificado. Até lá, no entanto, será preciso realizar as consultas com as comunidades tradicionais envolvidas.

A iniciativa do Estado ainda não tem definida como será a repartição dos recursos levantados com a venda dos créditos. Uma hipótese é que o Estado fique com 50%, os povos tradicionais com 25% e o agro com 25%. “No caso do agro, a ideia não é distribuir por fazendas. É usar o dinheiro para adotar ações coletivas definidas pelos produtores rurais”, diz Lellis.

Para desenvolver seu projeto, o Estado assinou contrato em junho de 2023 com a suíça Mercuria, uma das maiores tradings de commodities de energia do mundo. Pelo contrato, a empresa – que tem preferência para comprar os créditos gerados no Tocantins até 2030 – deverá investir R\$ 20 milhões para enquadrar os créditos do Estado aos padrões internacionais.

Diferentemente do que ocorre no Pará e no Amazonas, o projeto do Tocantins não foi alvo de questionamentos do MPF. O procurador Álvaro Manzano afirma vir acompanhando as discussões sobre o assunto e que o governo estadual sempre está aberto a conversas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/01/2025

NEGOCIAÇÃO COM CHINESES TRAVA E FORÇA AERIS A BUSCAR NOVAS ALTERNATIVAS

A Sinoma Blade havia feito uma proposta pelo controle da empresa brasileira em dezembro
Por Matheus Piovesana (Broadcast) e Altamiro Silva Junior (Broadcast)



A Aeris tem passivo de R\$ 1,4 bilhão e trabalha com assessor financeiro para buscar comprador Foto: JF Diorio/Estadão - 07/09/2017

As negociações entre a chinesa Sinoma Blade e a Aeris, de equipamentos para energia eólica, estão paradas. Com endividamento alto e postergação de vencimentos negociadas com bancos e debenturistas, a companhia segue buscando soluções, que podem envolver uma venda ou aporte de capital pelos atuais acionistas.

Em dezembro, a Aeris confirmou que a Sinoma havia feito uma proposta pelo controle da companhia, hoje nas mãos da família Negrão. No entanto, o desenho oferecido foi considerado inviável, e as negociações foram encerradas. Segundo interlocutores, hoje não há nenhuma conversa. A proposta inicial, de R\$ 20 por ação da empresa, segundo uma fonte, não veio “redonda” e tinha algumas inconsistências. A prioridade da empresa agora é colocar a casa em ordem do ponto de vista financeiro.

A Aeris trabalha com um assessor financeiro para buscar um comprador, mas fontes a par do processo consideram o cenário delicado. Além do temor da concorrência com companhias chinesas, que produzem a custos mais baixos, o cenário de juros altos e de investimentos em fontes de energia fósseis cria obstáculos. A empresa está tendo queda importante no faturamento porque o setor, que é ajudado por incentivos fiscais em diversos países, enfrenta problemas no mundo todo.

Saída pode ser aporte de acionistas

Se a venda não sair, fontes avaliam que os acionistas terão de aportar capital na empresa. A Aeris tem um passivo de R\$ 1,4 bilhão, dividido entre vários prazos, e conseguiu com debenturistas e bancos adiar para o final de fevereiro pagamentos que estavam programados para janeiro. Procurada, a empresa não se manifestou. A Sinoma Blade não retornou os pedidos de comentários.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/01/2025

BRASIL PODE ESTAR EM 'UM PIQUENIQUE À BEIRA DE UM VULCÃO', DIZ STUHLBERGER, GESTOR DE INVESTIMENTOS

CEO da gestora de ativos da Verde Asset avalia que o recuo do dólar tira pressão do preço dos alimentos, mas situação da dívida pública ainda preocupa

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast)

O CEO da Verde Asset Management, Luis Stuhlberger, avalia que o cenário atual no Brasil é de “piquenique à beira de um vulcão”, com o dólar se acalmando, caindo abaixo dos R\$ 6,00, na falta de más notícias, mas com a situação fiscal muito ruim e com tendência de piora nos indicadores da dívida pública.

Esse momento de “piquenique à beira de um vulcão” pode até continuar, disse Stuhlberger em evento do UBS com investidores e empresários. E, para isso, nem é preciso ter boas notícias, ressaltou o gestor. “É só não virem mais notícias ruins”, disse, citando o recesso em Brasília. Foi isso, segundo ele, que fez a moeda americana baixar para a casa dos R\$ 5,86 nesta tarde de terça-feira, 28.

Porém, essas notícias ruins têm “dia e hora” para chegar, disse Stuhlberger citando indicadores fiscais. De 2024 a 2026, o País terá déficits nominais da ordem de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), o que é insustentável se for mantido por muito tempo.

Com os juros maiores, e subindo, e o PIB crescendo na casa dos 2% este ano, a sustentabilidade da dívida fica em xeque. “Alguma coisa vai ter de acontecer.”



Luis Stuhlberger, sócio-fundador e presidente da Verde Asset Management Foto: Iara Morselli/ Estadão - 11/12/2019

O governo Lula deve terminar o mandato com dívida/PIB na casa dos 85%, outro número que preocupa, por ser um dos maiores dos emergentes. É bem acima dos 60% do PIB da crise fiscal de Dilma Rousseff.

“Como a gente cresce acima do potencial, tem inflação, e aí tem que subir os juros”, disse Stuhlberger. O problema é que a inflação é de alimentos, que tira o sono do governo, enquanto a

de serviços tira o sono do Banco Central. A boa notícia é que o dólar em queda ajuda a tirar pressão dos preços dos alimentos.

A expectativa com Galípolo

Sobre a primeira reunião de política monetária do novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a expectativa é de que ele não aumente o guidance (tendência) de alta dos juros em 100 pontos-base, deixando essa discussão para a ata.

Ao mesmo tempo, com a esperada desaceleração da economia que virá dos juros mais altos, um conflito com o Planalto pode surgir mais para frente. “O desafio vai ser o BC manter as taxas de juros altas na medida em que o PIB vai começar a desacelerar. Isso vai gerar problema político com o Lula e com a base do PT, mas não acho que seja agora.”

Já a transição de presidência do BC foi muito bem feita, disse o gestor. “Perto do que a gente esperava, foi muito melhor.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 28/01/2025

Valor

ECONÔMICO

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CCR INFORMA QUE FOI PUBLICADO EDITAL DE RELICITAÇÃO DA RODOVIA SOB CONCESSÃO DA MSVIA

Edital compreende a exploração da infraestrutura e serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, monitoração, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da BR-163/MS

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação/Rachid Waqued

A CCR disse nesta sexta-feira (31) que foi publicado edital para a venda das ações da sua controlada MSVia, de acordo com decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) e acordo com a União. O edital compreende a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, monitoração, implantação de melhorias, manutenção do nível de serviço e ampliação de capacidade da

BR-163/MS.

O trecho em questão tem 845,9 quilômetros, atravessando o Mato Grosso do Sul, e compreende uma extensão que vai de Mundo Novo (MS), na divisa do Paraná, até Sonora (MS), na divisa do Mato Grosso.

Na licitação da MSVia, outras empresas terão a chance de apresentar lances na tentativa de assumir a concessão. Vence a disputa quem oferecer maior desconto na tarifa de pedágio no certame marcado para 22 de maio.

“Após a conclusão do processo competitivo, será celebrado um aditivo ao contrato de concessão com o vencedor do leilão, garantindo a continuidade da prestação dos serviços públicos na BR-163/MS”, afirma a CCR.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/01/2025

EXXONMOBIL TEM LUCRO DE US\$ 7,61 BI NO 4º TRIMESTRE, QUEDA DE 0,3% NA COMPARAÇÃO ANUAL

Petrolífera americana registrou receita de US\$ 83,4 bilhões entre outubro e dezembro, queda de 1,08% sobre o mesmo período de 2023

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

A ExxonMobil teve lucro de US\$ 7,61 bilhões no quarto trimestre, queda de 0,3% na comparação anual. As receitas da petrolífera americana chegaram a US\$ 83,4 bilhões entre outubro e dezembro, queda de 1,08% sobre o mesmo período de 2023.

“Estamos confiantes na entrega dos planos para gerar mais caixa e lucro”, diz Darren Woods, diretor-presidente da ExxonMobil, em nota. O executivo destaca que a companhia teve resultados operacionais e financeiros robustos ao longo de 2024.



— Foto: Reed Saxon/Associated Press

A produção da companhia no quarto trimestre foi de 4,6 milhões de barris de óleo equivalente por dia, alta de 0,4% na comparação anual, impulsionada por produção recorde na Bacia de Permian e expansão operacional na Guiana.

Em 2024 como um todo, a ExxonMobil teve lucro de US\$ 33,6 bilhões, queda de 6,5% na comparação anual. O faturamento

de US\$ 349,5 bilhões entre janeiro e dezembro representou alta de 1,4% sobre o mesmo período de 2023.

Assim como a rival Chevron, a companhia destaca que perda de margens em refino explica a redução no seu lucro anual. Isso foi parcialmente compensado por melhorias nas operações de produtos petroquímicos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/01/2025

GOVERNO PUBLICA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO LICENÇA TEMPORÁRIA PARA MINISTROS QUE VOTARÃO EM ELEIÇÕES NO CONGRESSO

Por Valor — Brasília

A licença temporária de nove ministros do governo Lula que estão no meio de seus mandatos parlamentares para votarem nas eleições internas do Congresso foi publicada nesta sexta-feira (31) no Diário Oficial da União (DOU).

Foram exonerados a pedido do cargo para votar os ministros:

1. Silvio Costa Filho - Portos e Aeroportos
2. Alexandre Padilha - Relações Institucionais
3. Carlos Fávaro - Agricultura
4. Paulo Teixeira - Desenvolvimento Agrário
5. Wellington Dias - Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
6. Camilo Santana - Educação
7. André Fufuca - Esporte
8. Celso Sabino - Turismo
9. Luiz Marinho - Trabalho

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 31/01/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ANTAQ FARÁ LEVANTAMENTO PARA IDENTIFICAR EBNS SEM EMBARCAÇÕES ADEQUADAS

Por Danilo Oliveira Navegação 30/01/2025 - 23:53

Diretoria decidiu que superintendências de fiscalização e de outorgas farão diagnóstico para verificar empresas que utilizam lanchas ou embarcações pequenas para afretar embarcações de maior porte



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiu, nesta quinta-feira (30), que seja feito um levantamento para tentar identificar empresas brasileiras de navegação (EBNs) com outorga de cabotagem que não possuem embarcações adequadas para afretar embarcações de maior porte. O colegiado concordou com a sugestão do diretor Alber Vasconcelos para que as superintendências de fiscalização e controle (SFC) e de outorga (SOG) fiscalizem e façam um diagnóstico até o próximo dia 13 de março, data da próxima reunião presencial da diretoria.

Essa diligência deverá ser feita no âmbito do processo sob a relatoria da diretoria Flávia Takafashi que diz respeito a uma correspondência protocolada pela Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) com o intuito de externar preocupações acerca de procedimentos de outorga de autorização na navegação de cabotagem.

"Ter conhecimento de quantas EBNs estão autorizadas com embarcação e de qual EBN não está operacional com as embarcações que se propôs na outorga é importante para dar o encaminhamento que demos ao cálculo de tonelagem em relação à operacionalização das embarcações que estão de posse da EBN", disse Vasconcelos, durante a 579ª reunião ordinária do colegiado.

Vasconcelos considera que o levantamento vai ao encontro das críticas da Abac sobre a concessão de outorgas via RN-05 na navegação de cabotagem e que questionam outorgas para EBNs que utilizam lanchas ou embarcações de menor porte para fretar navios maiores. O diretor Wilson Lima Filho concordou com a realização de um levantamento, pelo menos dos últimos três anos, a fim de formar um entendimento regulatório do que fazer para evitar que esse problema aconteça. Lima Filho lembrou de um caso recente da outorga de uma embarcação autônoma com critério limitando a tonelagem de embarcações que podem ser afretadas.

A diretora-relatora do processo, Flávia Takafashi, considerou que o levantamento é pertinente e pode gerar benefícios a outras discussões, como a cessão de tonelagem que deve tramitar em breve sob relatoria do diretor Caio Farias. Ela apontou a necessidade de que o objeto do levantamento não se confunda com a apuração de denúncias específicas de outorga. "Precisamos ter o rito processual para isso", ressaltou.

Flávia acrescentou que o processo trata de uma questão maior sobre outorgas, que vem sendo discutida internamente. Ela considera correta a preocupação da Abac em relação ao uso da tonelagem e das outorgas. A relatora reiterou que a agência tem atenção aos mercados de cabotagem e de apoio marítimo quanto à proteção de bandeira, mas que isso precisa ser feito de maneira coordenada. "Se for apresentada [denúncia], precisa apurar de maneira diligente dentro do devido processo administrativo", frisou.

Ao final, a diretoria da agência reguladora acatou a sugestão do diretor da Antaq, Caio Farias, para que fosse criada uma diligência complementar dentro do processo analisado sob relatoria da diretora Flávia sem gerar um processo adicional para tratar desse tema. O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, afirmou que os levantamentos são importantes para identificar riscos e que a grande questão são as discrepâncias quando uma embarcação sem capacidade de carga afreta um navio. Ele considera que a ideia da limitação da tonelagem é uma iniciativa importante.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/01/2025

CRESCE INTERESSE POR POSTOS DE ELETRIFICAÇÃO PARA REBOCADORES

Por Danilo Oliveira Portos e logística 30/01/2025 - 20:21



Metas de descarbonização e primeiros resultados obtidos em Santos têm levado portos e terminais a discutir com empresas de navegação viabilidade técnica e econômica para implantação de sistemas 'Onshore Power Supply'

Com a intensificação das metas de descarbonização do setor marítimo mundial, os portos brasileiros e empresas de navegação vêm estudando soluções para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Uma delas são os postos de fornecimento de energia em terra, que já podem ser encontrados em Santos (SP) para o abastecimento de rebocadores. De acordo com o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação de Apoio Portuário (Sindiporto), existem tratativas avançadas em portos como Paranaguá (PR), além de outras iniciativas amadurecendo em portos no Rio de Janeiro, Vitória (ES), São Francisco do Sul (SC) e Suape (PE).

“Acredito que, em 2025, teremos muito a comemorar em termos de sustentabilidade e projetos de energia de terra. Será um ano muito produtivo e que trará grandes benefícios para todos”, projetou o gerente executivo do Sindiporto, Ronaldo Moraes, que participou em dezembro da 48ª reunião do Comitê de Usuários dos Portos e Aeroportos do Estado de São Paulo da Associação Comercial de São Paulo (Comus/ACSP).

Ele desenvolve projetos de fornecimento de energia de terra (OPS — Onshore Power Supply) em portos e terminais brasileiros, visando a redução do consumo de combustível fóssil, como o "Postos para eletrificação de rebocadores", no Porto de Santos. O sistema OPS foi viabilizado pelo Sindiporto com a participação das cinco empresas que atuam com rebocadores no complexo portuário santista: Wilson Sons; Sulnorte; Camorim; Saam Towage; e Svitzer.

O OPS permite que os rebocadores, que passam cerca de dois terços do tempo acostados aguardando serviço, possam manter neste período em pleno funcionamento os seus sistemas de refrigeração e equipamentos, sem consumir combustível fóssil, e sim energia elétrica de matriz renovável fornecida pela hidrelétrica de Itatinga. Os pontos de conexão foram instalados na margem direita do cais, na chamada curva do Armazém 23. O sistema de eletrificação possibilita que até três rebocadores, atracados simultaneamente, sejam abastecidos com energia limpa diretamente do cais, permitindo que desliguem seus geradores a diesel durante as estadias nos cais.

O uso de energia de terra para alimentar os sistemas da embarcação é uma das principais iniciativas de descarbonização no segmento, permitindo a redução entre 15% e 60% de todo o consumo de combustível de um rebocador, dependendo da ociosidade da embarcação. “Em 2024, tivemos um avanço significativo, conseguindo alcançar 60% do tempo em que nossos rebocadores se encontravam em stand-by, plugados em energia de terra, um avanço de 50% frente a 2023”, disse o diretor-executivo de rebocadores da Wilson Sons, Márcio Castro. Em entrevista recente à Portos e Navios, Castro contou que observa um grande potencial a destravar, que passa pelo engajamento de autoridades portuárias e terminais privados, a fim de criar instalações com tecnologia simples para o fornecimento de energia do grid.

O primeiro eletroposto, inaugurado em novembro de 2024 em Santos, fica na curva 23, centro do estuário, num ponto estratégico para o porto e principalmente para rebocadores em termos de deslocamento. Moraes, do Sindiporto, diz que o próximo passo é ter um segundo ponto ainda no primeiro semestre de 2025, ampliando o fornecimento de energia. A expectativa é que, com o segundo ponto inaugurado na curva 23, seja possível abastecer até 6 rebocadores simultaneamente naquela região.

Na sequência, há intenção de, pelo menos, um eletroposto na área do Saboó, onde é possível alocar até 4 rebocadores acostados, o que ampliaria as possibilidades de atendimento. “Para o primeiro semestre de 2025, o grande desafio é o segundo ponto na curva do 23 e o primeiro no Saboó (ponto



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 019/2025
Página 53 de 53
Data: 31/01/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

1)”, elencou o gerente executivo do Sindiporto, durante a reunião do Comus/ACSP. Moraes ressaltou que existe um passo a passo a ser feito em cada porto e terminal com objetivo de avaliar se é possível atracar nessas condições e se existe uma subestação que forneça energia suficiente para o perfil de consumo, que varia dependendo do tipo de embarcação, bem como as adaptações necessárias à infraestrutura da instalação portuária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/01/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 31/01/2025